



Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Direitos autorais reservados

A reprodução em qualquer outro veículo de informação só deve ser feita após consulta à editoria.

Organizadores

Cláudia Camargo Saldanha; Cinara de Cássia Mileo; Eliete Berti Zamproni Maria de Lourdes Arapongas Batista e Marizete Bueno

CATALOGAÇÃO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, PESQUISA E INFORMAÇÃO TÉCNICA

Batista, Maria de Lourdes Arapongas et al. org.

Organização administrativa e pedagógica das escolas especializadas do Estado do Paraná / organizadores Maria de Lourdes Arapongas Batista et al. – Curitiba : SEED – Pr., 2018. – 200 p.

ISBN:978-85-8015-096-4

1. Educação especial. 2. Organização administrativa-Escolas especializadas-Paraná. 3. Educação especial-Paraná. I. Mileo, Cinara de Cássia, org. II. Zamproni, Eliete Cristina Berti, org. III. Saldanha, Claudia Camargo, org. IV. Bueno, Marizete, org. V. Título.

CDD376
CDU37(816.2)

Secretaria de Estado da Educação
Avenida Água Verde, 2140 Vila Isabel
80240-900 – CURITIBA – PARANÁ – BRASIL

IMPRESSO NO BRASIL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS
ESCOLAS ESPECIALIZADAS DO ESTADO DO PARANÁ**

**CURITIBA
2018**

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Maria Aparecida Borghetti

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Lucia Aparecida Cortez Martins

DIRETORIA GERAL
José Carlos Rodrigues Pereira

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ines Carnieletto

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Siana do Carmo Oliveira Franco Bueno

ORGANIZADORES

Cláudia Camargo Saldanha
Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas

Cinara de Cássia Miléo
Técnica Pedagógica das Instituições Especializadas

Eliete Cristina Berti Zamproni
Técnica Pedagógica das Instituições Especializadas

Everton Luiz Andretta
Técnico Administrativo das Instituições Especializadas

Maria de Lourdes Arapongas Batista
Técnica Pedagógica das Instituições Especializadas

Marizete Bueno
Técnica Pedagógica das Instituições Especializadas

COLABORADORES

Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FEAPAES

Federação Estadual das Instituições de Reabilitação do Paraná – FEBIEX

Escola Estadual José Richa, na Modalidade Educação Especial

Escola Estadual Lucy Requião de Mello e Silva, na Modalidade Educação Especial

APRESENTAÇÃO

Dentre os Estados da Federação, o Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação - SEED se destaca na efetivação de políticas públicas para a oferta de escolarização aos estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Uma das ações pedagógicas implementadas a partir do ano de 2014, foi a organização administrativa e pedagógica das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, aprovadas pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, configurando-se numa ação afirmativa compartilhada entre a Secretaria de Estado da Educação – SEED e instituições parceiras, cujo objetivo é conferir aos estudantes com deficiência a igualdade de acesso e permanência num lócus de escolarização.

A proposta descrita no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 e Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 é única no cenário educacional brasileiro, com organização diferenciada da Escola Regular, pois foi elaborada para atender às especificidades dos estudantes com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Diante da organização pedagógica proposta é imprescindível a orientação aos profissionais especializados que atuam nestas escolas. Para tanto, o Departamento de Educação Especial – DEE/SEED com a colaboração de profissionais da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - FEAPAES e Federação Estadual das Instituições de Reabilitação do Paraná – FEBIEX e das duas Escolas Estaduais, na Modalidade Educação Especial¹, elaborou este documento.

Como o próprio título indica, encontram-se sintetizadas neste documento toda a Organização Administrativa e Pedagógica de uma escola especializada que servirá de guia tanto para os profissionais que se iniciam na imensa aventura de escolarizar estudantes com deficiência intelectual e/ou transtornos,

¹ Escola Estadual Lucy Requião de Mello e Silva, na Modalidade Educação Especial e Escola Estadual José Richa, na Modalidade Educação Especial, ambas em Curitiba.

quanto para aqueles que já estão deixando suas marcas indeléveis nestas escolas e em seus estudantes.

Espera-se que este documento possa servir de instrumento para que o ensino ofertado nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial do Paraná seja efetivado com qualidade.

Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	09
2. ESTUDANTES	09
3. OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO	09
3.1 Educação Infantil	09
3.2 Ensino Fundamental	11
3.3 Educação de Jovens e Adultos – Fase I.....	12
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	16
4.1 Matrícula e Rematrícula	16
4.2 Matrícula no Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e Sistema de Educação de Jovens e Adultos – SEJA.....	17
4.3 Idade para Matrícula	19
4.4 Progressão.....	21
4.5 Transferência	22
4.5.1 Transferências Recebidas - Da Escola Regular para as Escolas Especializadas	22
4.5.2 Transferências Emitidas - Da Escola Especializada para Escola Regular	22
4.5.3 Transferências entre Escolas Especializadas.....	23
4.6 Número de estudantes por turma	23
4.7 Junção de Turmas	24
4.8 Pasta Individual do Estudante e Documentos Escolares	26
5. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	26
5.1 Projeto Político-Pedagógico	26
5.2 Regimento Escolar.....	31
5.3 Plano de Ação da Escola Especializada.....	32
5.4 Plano de Trabalho Docente	34
5.5 Proposta Pedagógica Curricular	36
5.6 A Práxis Pedagógica.....	38
5.7 O Ensino da Educação Física e o Ensino da Arte como coadjuvantes no processo de Alfabetização de estudantes com deficiências	65
5.8 Avaliação Processual.....	75
5.9 Livro de Registro de Classe	77
5.10 Calendário Escolar	87
5.11 Conselho de Classe	89
5.12 Plano de Atendimento Individualizado	94
5.13 Ficha de Atendimento, orientação e encaminhamento pedagógico.....	96
5.14 Recreio Interativo	96
5.15 Orientação para administração de medicamentos e troca de sonda no espaço escolar.....	98
5.16 Hora-Atividade	100

REFERÊNCIAS..... 102

Anexo 1 Relatório de Avaliação Qualitativa da Aprendizagem – Semestral 108
Anexo 2 Mapa Semanal de Atividades..... 112
Anexo 3 Ficha de atendimento, orientação e encaminhamento pedagógico 113
Anexo 4 Termo de Responsabilidade 116
Anexo 5 Ficha de registro da Hora-atividade 117

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1 DEFINIÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial¹, amparada pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 é uma instituição que oferta escolarização, nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos - Fase I, com professores especializados, metodologias específicas, adaptações curriculares significativas e ampliação do tempo escolar.

2 ESTUDANTES

Estudantes com diagnóstico de deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências ou transtornos, com déficits significativos, tanto no funcionamento intelectual, como nas relações sociais e de saúde que demandam do contexto escolar práticas pedagógicas que possibilitem apoios contínuos² e/ou perversivos³.

3 OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO

3.1 Educação Infantil

¹ Neste documento os termos Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial e Escola Especializada são equivalentes.

² **Apoios contínuos:** De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento - AADID (2010) são apoios oferecidos de forma periódica e regular (diariamente ou semanalmente), permitindo estendê-los, sem limitação de tempo, em alguns ambientes de convivência da pessoa como, por exemplo, na escola.

³ **Apoios perversivos:** De acordo com a Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento - AADID (2010) são apoios caracterizados como constantes, estáveis e de alta intensidade. Este serão disponibilizados em todos os ambientes de convivência da pessoa, geralmente durante toda vida, podendo envolver o trabalho de uma equipe multidisciplinar.

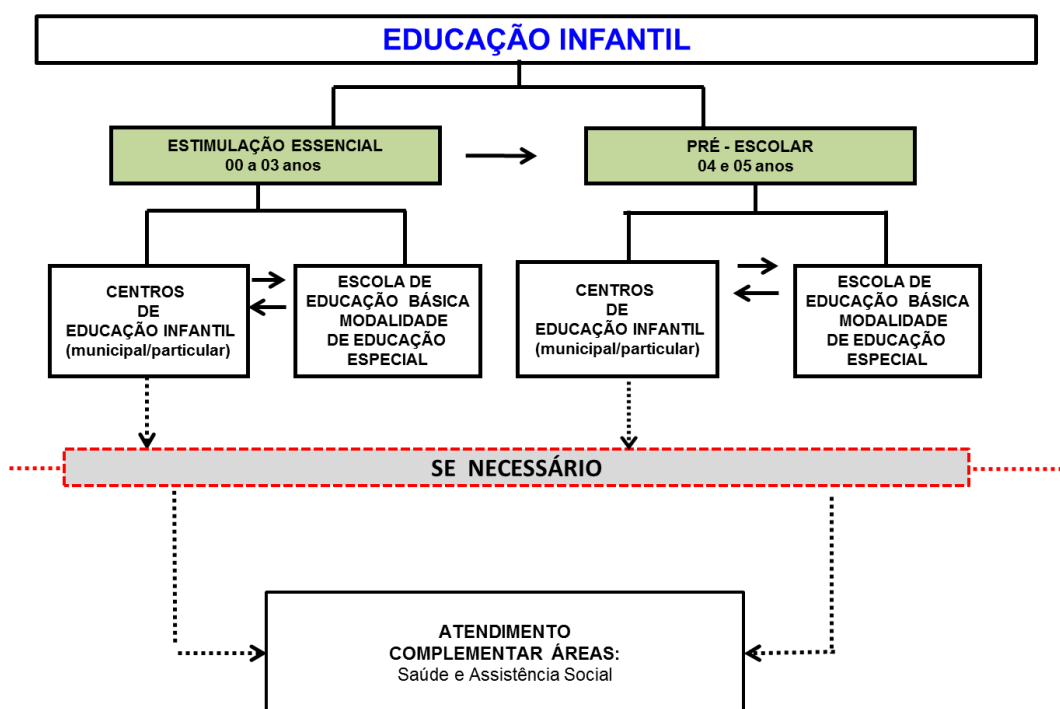
Constitui-se a primeira etapa da Educação Básica, ofertada em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade.

Para a organização do trabalho pedagógico a Escola Especializada deve considerar a criança como “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Resolução CNE/CEB 5/2009).

Na Escola Especializada, amparada pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, a Educação Infantil é organizada da seguinte forma:

- Estimulação Essencial, para crianças de zero a um ano e seis meses / um ano e sete meses a três anos e onze meses.
- Educação Pré-Escolar, para crianças de quatro e cinco anos.

Quadro I



Fonte: Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14

A frequência nesta etapa deve ser de no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de dias letivos, contados após a matrícula, sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança.

3.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental na Escola Especializada oferta escolarização ao longo de 10 (dez) anos, organizado em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo composto de quatro etapas e o segundo ciclo de seis etapas, que correspondem respectivamente ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Escola Regular, conforme Quadro II.

Quadro II – Organização do Ensino Fundamental

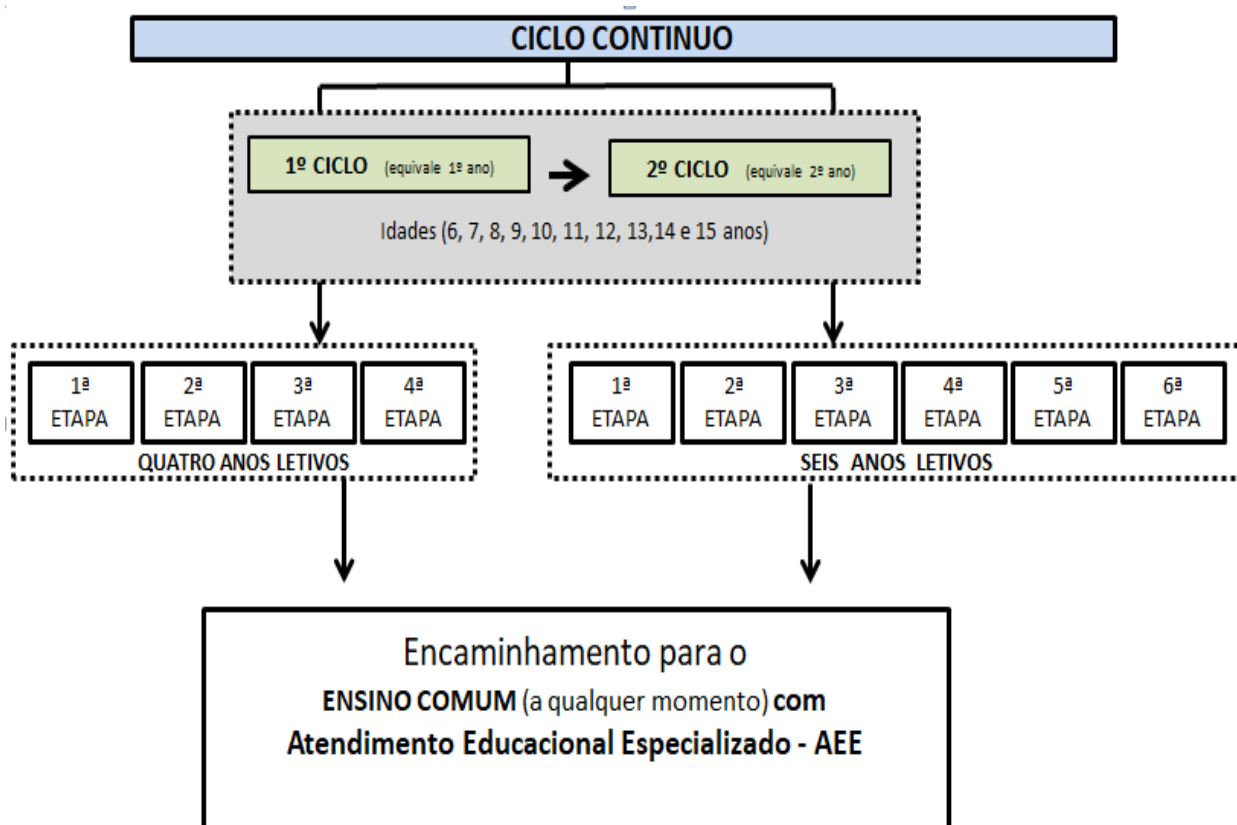


Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

A Proposta Pedagógica Curricular é centrada na alfabetização, de acordo com os conteúdos propostos na Base Nacional Comum Curricular na estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva). No processo de alfabetização entende-se que cada estudante possui seu ritmo de aprendizagem, especificidades decorrentes da condição da deficiência e necessita de atividades pedagógicas que correspondam ao seu nível cognitivo e de experiências, logo, o professor elabora um planejamento para cada estudante.

Nesta organização, a avaliação é processual, qualitativa e descritiva, com valorização dos domínios acadêmicos adquiridos. A progressão do estudante para a etapa escolar subsequente é automática, desde que o mesmo tenha 75% de frequência anual.

O estudante ingressa no Ensino Fundamental com seis anos, na 1ª etapa do 1º ciclo e avança progressivamente, na sequência das etapas. Quando o estudante concluir a 6ª etapa do 2º Ciclo, a escola deverá realizar uma avaliação qualitativa para analisar se o mesmo apresenta condições acadêmicas, cognitivas, psicomotoras e maturidade socioafetiva para sua transferência para o Ensino Regular ou continuidade da matrícula na Escola Especializada.

O estudante da Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial pode ser encaminhado à rede comum de ensino, sempre que durante o processo de aprendizagem apresentar condições acadêmicas, cognitivas, psicomotoras e socioafetiva. Neste caso, a matrícula na classe comum é formalizada de acordo com a documentação exigida na legislação vigente.

3.3 Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Ao completar 15 (quinze) anos, concluído ou não o Ensino Fundamental, o estudante dará continuidade ao processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos – Fase I corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (ciclo único), os conteúdos curriculares a serem trabalhados deverão estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, as normativas propostas na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, acrescidos dos conteúdos das Unidades Ocupacionais e estimulação das áreas cognitivas, psicomotora e socioafetiva, descritos no Projeto Político-Pedagógico de cada Instituição de Ensino.

As escolas especializadas terão a prerrogativa de descrever em seus Projetos Político-Pedagógicos, além do alicerce pedagógico do **Currículo Formal** para estudantes em processo de alfabetização, a fundamentação teórica que embasa o

trabalho realizado a partir do **Currículo Funcional**⁴, pois poderão trabalhar especificamente sob este aporte teórico com os estudantes jovens, adultos e idosos, cujas deficiências intelectuais e/ou transtornos estejam sujeitos à comorbidades e que não apresentam condições cognitivas para a aprendizagem dos conteúdos acadêmicos formais, como o letramento e alfabetização em Linguagens e Matemática, no entanto, necessitam de atividades funcionais que os auxiliem a tornarem-se o mais independente quanto possível.

Nas turmas contempladas pelo Currículo Funcional o trabalho pedagógico deverá ser planejado, preferencialmente por cronograma, para atender as necessidades, habilidades e possibilidades dos estudantes, de acordo com sua tolerância para as atividades e rotinas escolares e a organização de cada unidade escolar, contemplados no Projeto Político-Pedagógico de cada escola.

Os estudantes matriculados nas turmas contempladas pelo Currículo Funcional não participam das Unidades Ocupacionais.

Os estudantes que estão em processo de alfabetização e apresentarem condições acadêmicas e maturidade socioafetiva, a qualquer tempo, poderão ser encaminhados para uma Escola Regular para dar continuidade a sua escolarização, com o direito de receber Atendimento Educacional Especializado, de acordo com a legislação vigente.

Para obter a certificação de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, o estudante deverá ter frequentado no mínimo 1200 horas, no entanto, lhes é assegurado uma temporalidade não padronizada, ou seja, de acordo com o ritmo, tempo e necessidades educacionais peculiares de cada estudante.

A avaliação dos conhecimentos adquiridos é processual, diagnóstica e descritiva, registrada no Livro de Registro de Classe.

⁴ O Currículo Funcional é um currículo desenvolvido para estudantes com deficiência intelectual centrado no ensino de habilidades, com o objetivo de torná-lo o mais independente e produtivo, possível. A utilização deste currículo está descrita em BRASIL 2001 como uma possibilidade no ensino para os alunos com graves comprometimentos mentais ou múltiplos que não puderem se beneficiar do Currículo da Base Nacional Comum.

Unidades Ocupacionais articuladas à Educação de Jovens e Adultos - Fase I

Esta oferta dar-se-á para os estudantes, cujo comprometimento intelectual e desempenho cognitivo permitam a realização das atividades propostas para este atendimento descrito no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 e Parecer CEE/Bicameral nº 128/18:

- a) **Unidade Ocupacional de Produção** para estudantes com habilidades na confecção de objetos artesanais manufaturados, serviços de horticultura, jardinagem, cuidados com pequenos animais, entre outros.

- b) **Unidade Ocupacional de Formação Inicial** para estudantes com habilidades e competências para inserção no mundo e/ou mercado de trabalho, sendo que alguns estudantes podem também ser encaminhados para cursos de qualificação em outras instituições ofertantes, como o Sistema 'S', por exemplo.

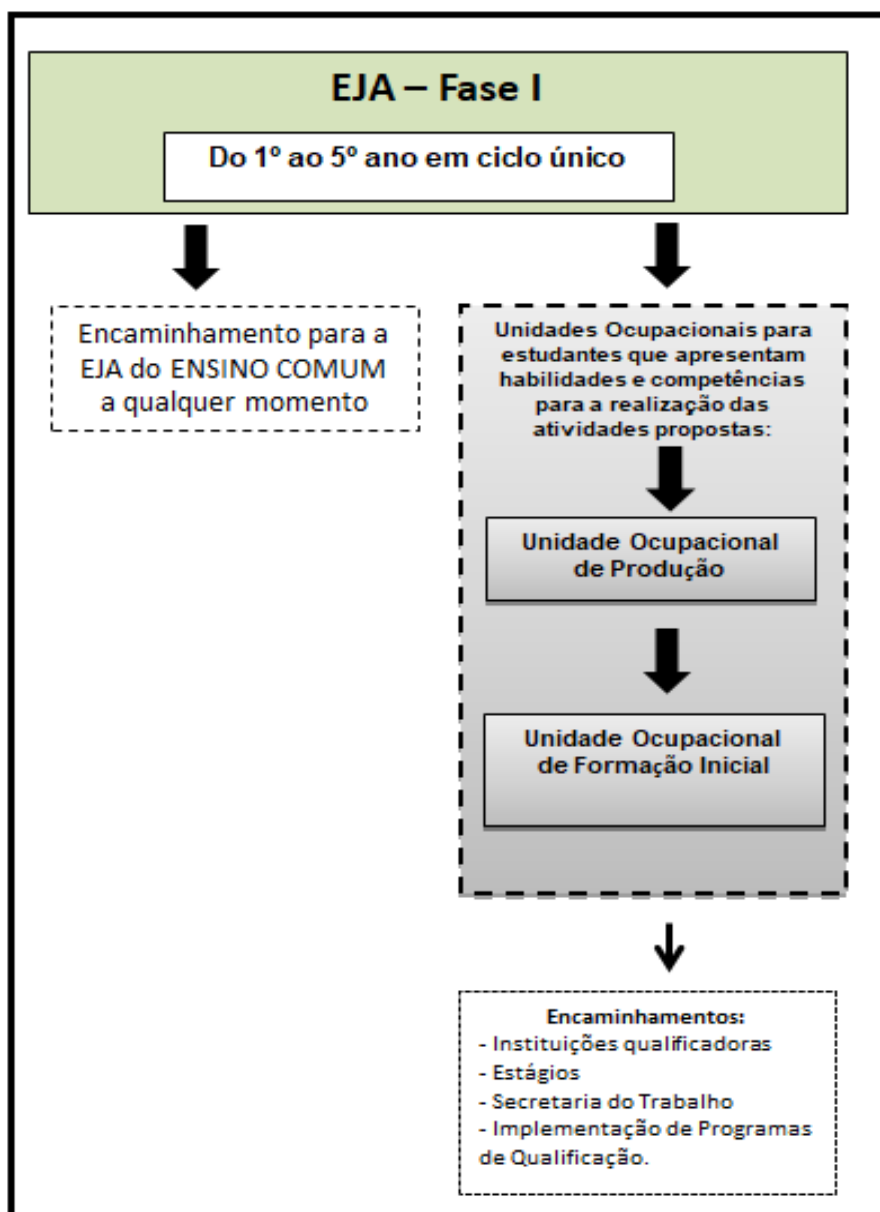


Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Nesta nova reorganização disposta no Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, o currículo das Unidades Ocupacionais está contido no currículo da Educação de Jovens e Adultos, assim, o tempo escolar estabelecido para a Educação de Jovens e Adultos integrada às Unidades Ocupacionais será planejado pela Escola.

Para este planejamento a equipe pedagógica e professores deverão considerar as particularidades dos estudantes (idade cronológica, expectativas de aprendizagem, habilidades, dificuldades cognitivas, psicomotoras motoras e

socioafetiva, entre outras), bem como as avaliações qualitativas do processo pedagógico e as atividades propostas em cada Unidade Ocupacional.

Desta forma, a organização do horário da sala de aula deve prever um tempo para trabalhar os conteúdos planejados tanto para a escolarização como para as Unidades Ocupacionais.

Destaca-se que para a organização do horário de sala de aula, não existe uma regra ou determinação específica (como estava disposto no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14⁵) de carga horária diária ou semanal, de número de dias ou período a ser cumprido para os conteúdos curriculares ou para os conteúdos das Unidades Ocupacionais.

Obs.: O tempo escolar destinado às Unidades Ocupacionais não pode se sobrepor ao tempo destinado à escolarização⁶.

4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1 Matrícula e Rematrícula

a) Para a **Matrícula de Ingresso** na Escola Especializada em qualquer etapa, deverá ser solicitado:

- Cópia do relatório de Avaliação de Ingresso (elaborado de acordo com as orientações de Avaliação de Ingresso – SEED/DEE);
- Certidão de Nascimento, ou Certidão de Casamento, ou Carteira de Identidade (RG) - original e cópia;
- Carteira de Vacinação (para todos os estudantes) – original e cópia;

⁵ O previsto no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, antes dos ajustes do Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, era de 2 (duas) horas para Educação de Jovens e Adultos e 2 (duas) horas para Educação Profissional.

⁶ Conforme descrito no item 5.6 A Práxis Pedagógica, subitem “c.1” deste documento.

- Fatura da concessionária de energia elétrica atualizada (máximo de 03 meses). Quando a fatura não estiver em nome do responsável pelo estudante, apresentar conjuntamente, outro comprovante de endereço em nome da mãe/pai/responsável pelo estudante – original e cópia;
- Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade da instituição de ensino de origem ou Guia de Transferência emitida pelo Sistema Escola WEB – original (exceto para Educação Infantil);
- Outros documentos podem ser solicitados conforme orientações específicas.

b) Para a **Rematrícula**: Os pais e/ou responsáveis dos estudantes já matriculados nas escolas especializadas que continuarão os estudos na mesma instituição de ensino deverão anualmente confirmar a rematrícula de seus filhos.

Caso necessário, deverão atualizar os documentos como comprovante de endereço, laudos e receituários médicos (somente para os estudantes que fazem uso de medicamentos).

4.2 Matrícula no Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e Sistema de Educação de Jovens e Adultos - SEJA

a) Educação Infantil

- **Curso 6036 (SERE)**

As matrículas na Educação Infantil devem ser preferencialmente por **cronograma** (agenda de atendimento).

Quadro IV

Código Curso	Curso	Forma de Registro	Nº estudantes /turma
6036	APOIO EDUCACIONAL INFANTIL ESPECIALIZADO	Registrar no SERE o <u>cronograma</u> de atendimento das diferentes turmas (0 a 3 anos / 4 e 5 anos)	10 estudantes

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

- **Cursos 6005 e 6046 (SERE)**

Estes cursos referem-se à escolarização.

O atendimento pedagógico é realizado no coletivo (por turmas).

As matrículas deverão ser realizadas no SERE da seguinte forma:

Quadro V

Código/ Curso	Curso	Forma de Registro	Nº estudantes / turma
6005	EDUC INFANTIL 0/3 MOD ESPEC	Registrar no SERE uma única turma todos os dias da semana (0 a 3 anos)	8 estudantes
6046	EDUC INF MULTIANOS-M ESP	Turma Multi anos com estudantes de 4 e 5 anos juntos. Registrar no SERE uma única turma todos os dias da semana (4 e 5 anos)	8 estudantes

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

b) Ensino Fundamental (SERE)

Quadro VI

Código Curso	Curso	Forma de Registro	Nº estudantes / turma
6038	ENS FUND CICLO CONTINUO-MOD ES 1º ciclo: 4 etapas 2º ciclo: 6 etapas	Registrar no SERE uma única turma todos os dias da semana (6 a 15 anos)	10 estudantes

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I (SEJA)

Quadro VII

Código Curso	Curso	Forma de Registro	Nº estudantes / turma
6039	ENSINO FUNDAMENTAL - FASE I	Registrar no SEJA: uma única turma todos os dias da semana (a partir de 15 anos)	12 estudantes

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs.: O Sistema de Educação de Jovens e Adultos – SEJA prevê a obrigatoriedade do registro da carga horária cursada pelo estudante pelo menos a cada dois meses sob pena do “status do estudante” ser alterado automaticamente, via sistema, de “ATIVO” para “DESISTENTE”. Assim sendo, no máximo a cada dois meses a escola deverá digitar a carga horária mínima de uma hora e confirmar. Este procedimento deverá ser realizado durante todo o tempo em que o estudante permanecer matriculado na escola, caso isso não ocorra, o estudante não será computado para efeitos de estatísticas, uma vez que todas as informações quanto ao número de estudantes são extraídas do SEJA.

Para aqueles estudantes que apresentarem bom desenvolvimento acadêmico, cognitivo, psicomotor e socioafetivo, para a conclusão da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e conseqüentemente a inclusão na Escola Regular e/ou mundo ou mercado de trabalho, a Escola deverá registrar no SEJA no máximo a cada dois meses uma carga horária que corresponda ao trabalho pedagógico realizado, a fim de emitir o Histórico Escolar de conclusão da Fase I.

4.3 Idade para Matrícula

a) Educação Infantil

- Estimulação Essencial: zero a um ano e seis meses / um ano e sete meses a três anos e onze meses, a partir da indicação médica específica para cada caso.
- Educação Pré-Escolar: quatro e cinco anos e 11 (onze) meses: segue a legislação vigente, ou seja, o estudante deverá completar quatro ou cinco anos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Obs.: De acordo com o **PARECER CEE/CP N° 10/17**, aprovado em **21/09/2017**, para a matrícula na **Educação Infantil**:

“[...] Pré I deve ser obrigatória às crianças com 4 anos de idade completos ou que venham a completar até a data de 31 de março do ano letivo e a matrícula no Pré II aos alunos que completarem 5 anos até a data de 31 de março do ano letivo”.

b) Ensino Fundamental

De acordo com a legislação, a matrícula deverá ser realizada aos seis anos completados até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Pautados no **Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14** para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos – Fase I em escola especializada, os estudantes deverão ter 16 (dezesesseis) anos completos.

Obs.: Respaldados na Resolução CNE/CEB nº 03/2010, orientamos que em casos específicos como de transferência, estudantes com 15 anos completos, poderão ser matriculados na Educação de Jovens e Adultos – Fase I em escola especializada. Para efetivação destas matrículas a escola deverá consultar o NRE/DEE.

4.4 Progressão

a) Educação Infantil

O prosseguimento dos estudos da criança dar-se-á de acordo com a idade.

Obs.: Em casos excepcionais, a criança poderá ser retida, após uma avaliação qualitativa onde se constate um atraso significativo do desenvolvimento neuropsicomotor. Assim, com anuência da família, a criança poderá ficar mais um ano na Educação Pré-Escolar.

b) Ensino Fundamental

A Progressão para a etapa ou o ciclo subsequente é continuada. O estudante é aprovado, desde que alcance o mínimo de 75% de frequência; como mostra o Quadro VIII.

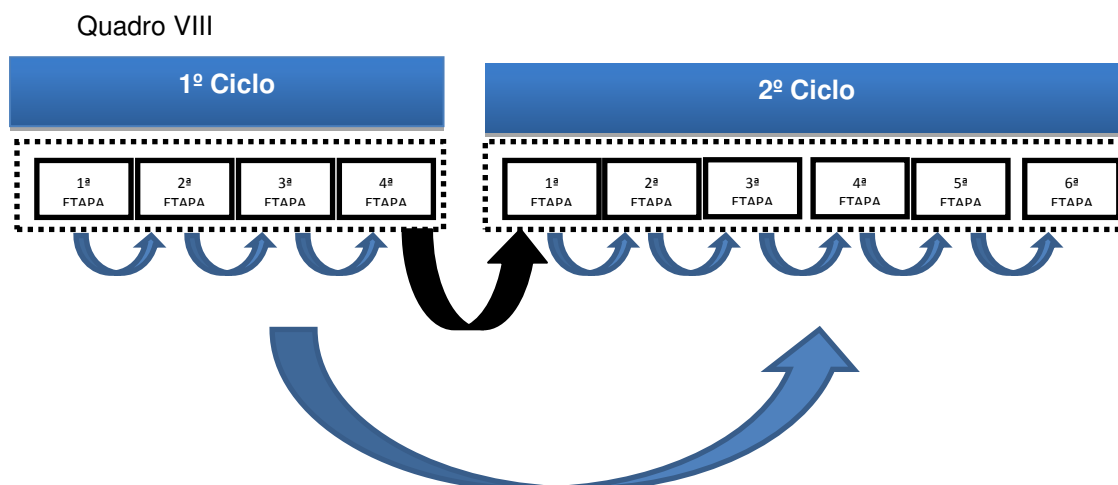


Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

A oferta dar-se-á em **ciclo único**, a progressão é qualitativa. Após análise do desenvolvimento pedagógico, cognitivo, psicomotor e socioafetivo do estudante, a equipe pedagógica organiza a composição de turmas e os professores elaboram o Plano de Atendimento Individualizado, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada estudante.

4.5 Transferência

A transferência dos estudantes é realizada online entre os estabelecimentos de ensino que utilizam o Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e Sistema de Educação de Jovens e Adultos - SEJA, o que **não** elimina o trâmite da documentação escolar.

Desta forma, a escola especializada deverá entregar para a família, do estudante a ser transferido, a **Guia de Transferência** (impressa do SERE), bem como o último Relatório de Avaliação Qualitativa da Aprendizagem - Semestral e cópia do Relatório de Avaliação de Ingresso na escola especializada.

4.5.1 Transferências Recebidas - Da Escola Regular para as Escolas Especializadas

a) Educação Infantil: as matrículas deverão ser efetivadas de acordo com a idade da criança.

b) Ensino Fundamental: as matrículas deverão ser efetivadas de acordo com o ano cursado:

- Estudante que está cursando o 1º ano do Ensino Fundamental será matriculado na 1ª etapa do 1º Ciclo;
- Estudante com 1º ano completo e/ou 2º ano em curso do Ensino Fundamental será matriculado na 1ª etapa do 2º Ciclo.

c) Educação de Jovens e Adultos - Fase I: estudante com idade superior a 15 (quinze) anos e com o Ensino Fundamental - anos iniciais incompleto poderá ser matriculado na Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

4.5.2 Transferências Emitidas - Da Escola Especializada para Escola Regular

a) Ensino Fundamental

- Estudante matriculado no 1º ciclo em qualquer uma das 4 etapas na escola especializada deverá ser matriculado no 1º ano da escola regular;
- Estudante que concluiu o 1º ciclo (as 4 etapas) da escola especializada deverá ser matriculado no 2º ano na escola regular;
- Estudante matriculado no 2º ciclo, cursando qualquer uma das 6 etapas na escola especializada deverá ser matriculado no 2º ano da escola regular;
- Estudante que concluiu o 2º ciclo (as 6 etapas) da escola especializada deverá ser matriculado no 3º ano da escola regular.

b) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos – Fase I poderão ser transferidos para Educação de Jovens e Adultos – Fase I do município. Para a efetivação da matrícula do estudante deverá ser respeitado os procedimentos de classificação, conforme preconiza a legislação vigente.

4.5.3 Transferências entre Escolas Especializadas

O estudante deverá ser matriculado no ciclo e etapa conforme registro no Histórico Escolar.

4.6 Número de estudantes por turma

O número de estudantes por turma deverá respeitar as instruções normativas vigentes.

Obs.: O número de estudantes por turma, previsto na Legislação, é uma referência para a organização do ensalamento, sendo assim, este número pode variar, sem discrepância, tanto para mais como para menos, considerando o nível de desenvolvimento acadêmico e cognitivo dos estudantes e espaço físico disponível.

4.7 Junção de Turmas

A junção de turmas é uma ação realizada pela equipe diretiva e pedagógica da escola, onde duas ou mais turmas registradas no SERE com número muito reduzido de estudantes, são atribuídas ao mesmo professor.

a) Educação Infantil

- A junção de turmas na Educação Infantil poderá ocorrer entre as turmas da Estimulação Essencial (6005), Educação Pré-Escolar (6046) e do Atendimento por Cronograma (6036).
- O registro no SERE não poderá ser alterado.

b) Ensino Fundamental

Realizar a junção de turmas respeitando-se, na medida do possível, a sequência das etapas e dos Ciclos. Exemplo: turma da 1ª etapa atendida com a turma da 2ª etapa; turma da 2ª etapa atendida com a turma da 3ª etapa; turma da 3ª etapa atendida com a turma da 4ª etapa.

Em situações excepcionais, quando na escola não tiver turmas de etapas próximas, poderá ser realizada a junção de turmas com outras etapas, com o cuidado de não organizar turmas de estudantes com idades discrepantes.

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Na Educação de Jovens e Adultos – Fase I não é realizada junção de turmas, uma vez que a escolarização se organiza em ciclo único. Logo, para a organização das turmas deverá ser observado o número de estudantes previsto na composição de turmas. O Plano de Trabalho Docente deverá prever um trabalho individualizado respeitando-se o nível de desenvolvimento acadêmico, cognitivo, psicomotor e socioafetivo de cada estudante.

Obs.: Em casos muito excepcionais, em que a escola tenha, por exemplo, apenas um estudante que será beneficiado pelo atendimento por cronograma no Currículo Funcional, o mesmo poderá ser atendido em uma turma do Currículo Formal

(configurando-se assim uma junção de turmas), desde que o professor elabore proposta de Atendimento Individualizado.

Recomendações Gerais

- Na junção de turmas o número de estudantes por etapa não deve ultrapassar o indicado na legislação vigente.
- As propostas de junção das turmas deverão ser apresentadas ao NRE, para apreciação. O NRE deverá conferir a composição das turmas, junto ao Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e orientar as formas de registro, evitando assim possíveis erros.
- A junção de turmas poderá ocorrer somente entre turmas da mesma etapa de ensino. Exemplo: não juntar turmas da Educação Infantil com turmas do Ensino Fundamental; turmas do Ensino Fundamental com turmas da Educação de Jovens e Adultos – Fase I.
- A Escola não poderá distribuir estudantes matriculados em determinada turma no SERE, em várias turmas (ex.: estudantes registrados no SERE na turma “A” não poderão ser distribuídos nas turmas ‘B’, ‘C’, ‘D’).
- Cada turma registrada no SERE deverá ter um **Livro de Registro de Classe**. Assim, quando houver a junção de turmas, um professor poderá ter dois ou mais livros de chamada (um livro para cada turma do SERE).
- O **Plano de Trabalho Docente** deverá ser realizado para cada turma registrada no SERE, prevendo um planejamento para o trabalho individualizado, respeitando-se a etapa e nível de desenvolvimento acadêmico, cognitivo, psicomotor e socioafetivo de cada criança/estudante.

4.8 Pasta Individual do Estudante e Documentos Escolares

Cabe à secretaria da escola a responsabilidade de manter atualizada a documentação escolar:

- **Pasta individual do estudante:** deve conter todos os documentos exigidos para a matrícula, bem como cópia do Relatório da Avaliação de Ingresso, cópia do último Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem – Semestral.
- **Documentos Escolares:** devem seguir a legislação vigente e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do estudante (ex.: Histórico Escolar, Boletim, Transferências e outros documentos) e a vida legal da instituição de ensino (credenciamento, autorização de funcionamento e reconhecimento de níveis e/ou modalidades).

5 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A escola especializada é uma instituição de ensino legalmente constituída, cuja organização pedagógica, está relacionada ao processo de ensino-aprendizagem que compreende todas as atividades teóricas e práticas desenvolvidas pelos profissionais, e devem estar fundamentadas em uma gama de documentos a serem discutidos a seguir.

5.1 Projeto Político-Pedagógico

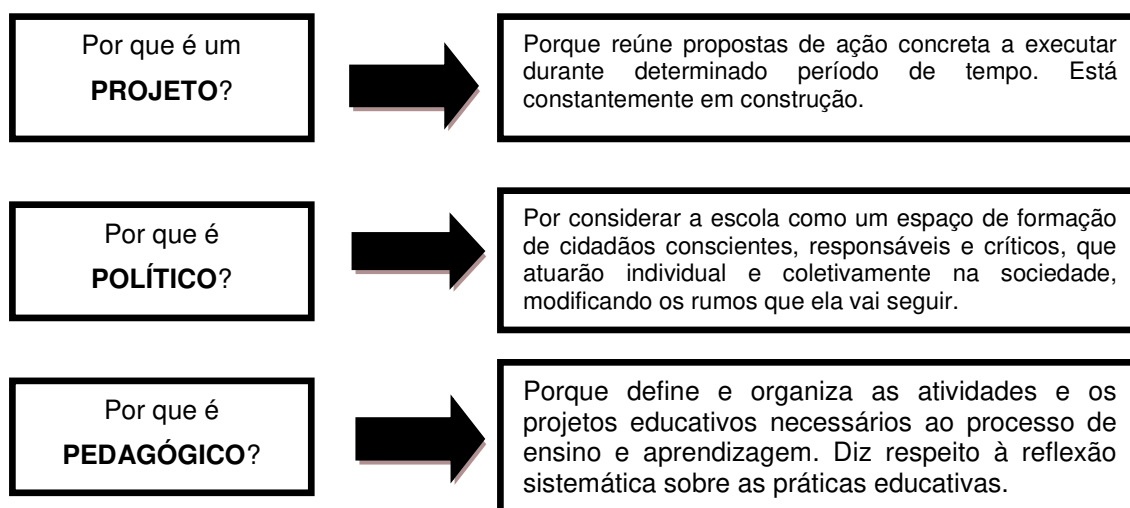
O Projeto Político-Pedagógico é a expressão conceitual que envolve os fundamentos históricos, filosóficos, pedagógicos e psicológicos da comunidade escolar.

De acordo com Veiga (1998, p.12)

[...] é o instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade e tem como objetivo nortear as ações pedagógicas. O projeto político-pedagógico é

concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

Os conceitos que compõem o título desse documento, o define como um processo permanente de reflexão e de discussão dentro da escola:



Conforme Veiga (1998), o Projeto Político-Pedagógico é um documento que deve ser vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo de aprendizagem. Não é um documento construído para ser arquivado ou para cumprir uma exigência legal. Deve ser constantemente ressignificado, na medida em que as práticas pedagógicas são alteradas para atender à demanda da comunidade escolar.

Pela sua importância, este documento deve ser elaborado coletivamente, no qual todos os envolvidos com a escola devem pensar a ação pedagógica, tendo como base o diagnóstico da realidade.

Segundo Libâneo (2010, p. 96)

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

Assim, a construção do Projeto Político-Pedagógico exige, por parte de toda a comunidade escolar, a compreensão de como as relações pedagógicas, a realização dos objetivos a serem cumpridos e as metas alcançadas se configuram

no contexto escolar, criando possibilidades e espaços de participação de todas as pessoas envolvidas para a discussão e sua construção.

Para Veiga (1995) algumas questões são fundamentais na discussão:

- Que tipo de sociedade nossa escola quer construir?
- Que cidadão nossa escola deseja formar?
- O que entendemos por educação?
- Como concebemos a gestão escolar?
- Qual a nossa compreensão de currículo?
- Como percebemos o fazer pedagógico no dia-a-dia?
- Como nossa escola encara a questão metodológica?
- Que tipo de relação nossa escola quer manter com a comunidade local?
- Que profissionais temos e queremos? De que profissionais precisamos?
- Que escola temos e que escola queremos?

O Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicitar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação (SETÚBAL, 1994, p.17).

5.1.2 O Projeto Político-Pedagógico nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial

O Projeto Político-Pedagógico das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial deve respeitar o disposto na legislação:

- a. Constituição Federal, Art.º 205, 206 e 209;
- b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96;
- c. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015;
- d. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/1990;
- e. Estatuto do Idoso, Lei nº 10741/03;
- f. Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Lei nº 18.419/2015;

- g. Deliberação nº 14/99 – CEE/PR, artigo 2º;
- h. Deliberação nº 16/99 – CEE/PR, artigo 4º;
- i. Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14;
- j. Parecer CEE/Bicameral nº 128/18;
- k. Nova Base Nacional Comum Curricular;
- l. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações;
- m. Instruções e orientações específicas para elaboração/ressignificação do Projeto Político-Pedagógico, emanada pela SUED/SEED.

Para Veiga (1998), existem vários caminhos para reconstruir/ressignificar o Projeto Político-Pedagógico, uma vez que ele retrata o entendimento e os percursos possíveis trilhados em cada uma das escolas. A referida autora aponta três movimentos básicos desse processo denominados de: marco situacional, marco conceitual e marco operacional.

a) Marco Situacional

O marco situacional retrata o movimento interno da instituição, ou seja, o “diagnóstico” da Escola. Define onde é prioritário agir.

O que somos?

De acordo com Veiga, o marco situacional descreve

[...] a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional. [...] significa, portanto ir além da percepção imediata. É o momento de desvelar os conflitos e as contradições postas pela prática pedagógica; é apreender seu movimento interno, de tal forma que se possa reconfigurá-la, fortalecida pela reflexão teórico-prática (1998, p.23).

b) Marco Conceitual

É a fundamentação teórica que norteia a ação da escola. É a expressão da teoria que fundamenta seus anseios, expectativas e necessidades no processo de ensino e aprendizagem.

Para organização deste ato, os profissionais da escola devem ter em mente:

O que queremos?

No marco conceitual a instituição discute a concepção de sociedade, ser humano, educação e a função social da escola, visando constituir a práxis escolar.

Para Veiga:

[...] Diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada. [...] Neste momento conceitual, devem também ser considerados os eixos norteadores do projeto (1998, p.25).

c) Marco Operacional

O marco operacional diz respeito à tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Descreve como realizar as atividades a serem assumidas para mudar a realidade da escola.

Aqui se discute ações para resolver as situações problemas levantadas no ato situacional. Assim, a pergunta que norteia o trabalho é:

O que faremos?

Veiga (1998, p.26) verifica o marco operacional como:

[...] as decisões foram acertadas ou erradas e o que é preciso revisar ou reformular. Tendo em vista as diferentes circunstâncias, pode-se tornar necessário tanto alterar determinadas decisões quanto introduzir ações completamente novas.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico retrata a organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, etapas e modalidades. Ainda, supõe reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de intervenção na realidade. Exige e articula a participação de todos os sujeitos do processo educativo: professores, funcionários, pais, estudantes e outros, ou seja, é construído coletivamente, sob a coordenação da equipe gestora (diretiva e pedagógica), e aprovado pela Entidade Mantenedora.

A sugestão para elaboração do Projeto Político-Pedagógico está contida no documento “Projeto Político-Pedagógico das Escolas Especializadas do Estado do Paraná”.

5.2 Regimento Escolar

O Regimento Escolar é um documento vinculado ao Projeto Político-Pedagógico, de existência obrigatória na Instituição de Ensino. Atendendo à legislação vigente, descreve as regras definindo a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar, bem como explicita os direitos, deveres e proibições de toda a comunidade escolar.

As normas para a elaboração deste documento devem estar em sintonia com a filosofia e a política educacional, assim devem-se observar os princípios constitucionais da Federação e do Estado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN, Lei nº 9394/96) vigente, Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE) e outros documentos normativos

O Regimento Escolar deverá ser organizado coletivamente, envolvendo toda comunidade escolar, após aprovado pela mantenedora e encaminhado ao Núcleo Regional de Educação - NRE para análise e emissão de ato legal.

pertinentes à matéria. No caso específico das Escolas Especializadas, a legislação a ser respeitada deve ser acrescida do conteúdo tratado no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 e Parecer CEE/Bicameral nº 128/18.

O Regimento Escolar é um documento de caráter dinâmico, que deve ser reformulado sempre que as alterações na legislação venham refletir na organização pedagógica e administrativa da escola.

Para a organização do Regimento Escolar, a escola deverá seguir as orientações contidas na Deliberação CEE/CP Nº 02/18 e no documento intitulado “Fundamentação Legal para o Regimento das Escolas Especializadas do Estado do Paraná”.

5.3 Plano de Ação da Escola Especializada

O Plano de Ação da escola consiste num instrumento de trabalho dinâmico, cujo intuito é o de organizar as ações, que tenham como objetivo resolver os principais problemas enfrentados pela instituição, estabelecendo metas e pautando os critérios de acompanhamento e avaliação do trabalho que será desenvolvido.

O Plano de Ação deverá ser elaborado com clareza e com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar, inclusive com as organizações sociais do entorno da escola.

O Plano de Ação deve se fundamentar na realidade sociocultural e nas demandas sociais e educacionais da escola, sistematizadas e avaliadas permanentemente, contendo estratégias metodológicas de ação e de monitoramento coerentes com os princípios da educação.

Na elaboração anual do Plano de Ação, a escola deverá explicitar objetivamente como pretende alcançar os objetivos propostos e resolver as questões apresentadas no marco do diagnóstico da realidade escolar.

Como elaborar um **Plano de Ação**?

Um **Plano de Ação** compõe-se de:

a) Problema

Indica a situação levantada/diagnosticada.

b) Objetivos

Expressa os resultados esperados com o desenvolvimento do Projeto ou ação.

c) Metas

Quantifica o que está expresso no objetivo (tempo e prazos).

d) Ações

São atividades/procedimentos exequíveis propostos para o alcance de uma meta ou objetivo. As ações possibilitarão o alcance dos objetivos e finalidades da escola. Para isso, devem ser propostas ações nas dimensões:

Quanto ao trabalho pedagógico

- Prática pedagógica e de avaliação.
- Gestão de situações e problemas identificados pelo grupo, como índice de evasão, inclusão no ensino comum e no mundo/mercado de trabalho.
- Discussão de metodologia e práticas de alfabetização, entre outros.
- A articulação entre as atividades desenvolvidas nas Unidades Ocupacionais e sala de aula.

Quanto aos recursos humanos

- Formação continuada dos profissionais no espaço-tempo escolar.
- Organização/otimização da hora-atividade.
- Desenvolvimento do trabalho compartilhado entre os profissionais da escola, e da escola com a comunidade.
- Critérios de distribuição de turmas.

Quanto à gestão dos materiais, de estrutura física, patrimônio entre outros

- Melhora na organização, uso e oferta de materiais pedagógicos e equipamentos.
- Otimização do uso dos espaços físicos.
- Zelo pelo patrimônio da Escola, entre outras ações.

Cronograma

Constar o início e fim da ação (prazo: mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual).

Responsável pela ação

Indicar quem serão os responsáveis pelo desenvolvimento de cada ação

Sugestão:

Plano de Ação da Instituição de Ensino

Problema:

Objetivos	Metas	Ações	Cronograma	Responsável

Sugestão de Plano de Ação elaborado pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

5.4 Plano de Trabalho Docente

Conforme descrito na LDBEN 9394/96, Artigo 13, inciso II e IV, os professores incumbir-se-ão de elaborar e cumprir o Plano de Trabalho Docente. É o documento elaborado pelo professor, o qual é organizado para apresentar a sequência do trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Assim, é no Plano de Trabalho Docente – PTD que o professor definirá a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, e ainda como se dará a verificação da aprendizagem por parte dos estudantes.

O Plano de Trabalho Docente – PTD pressupõe a reflexão sistemática da prática educativa (Paraná, 2008, p.7-9) e é resultado da relação estabelecida entre o Projeto Político-Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular, constituindo-se, portanto, na expressão do currículo em sala de aula legitimando a intencionalidade da escola, consoante com os princípios norteadores das políticas educacionais da Secretaria Estadual de Educação.

Este documento inclui tanto a previsão das atividades pedagógicas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto da sua revisão e adequação no decorrer do ensino e aprendizagem.

Considerando que este processo está sempre em movimento, o Plano de Trabalho Docente não pode ser um documento rígido, engessado, ou seja, é flexível. Poderá ser alterado, complementado, conforme a realidade observada em sala de aula.

Sua elaboração não pode ser apenas para cumprir uma exigência administrativa, pois este faz parte dos documentos que organizam o processo pedagógico na escola, antecipando a ação docente, organizando o tempo e norteando as ações educacionais. É o registro de como o professor pensa em fazer, como fazer, quando fazer, com que e com quem fazer, servindo de embasamento para a elaboração de seu plano de aula.

Pode-se dizer que, o Plano de Trabalho Docente é a forma mais adequada de preparar os conteúdos selecionados para o ensino e aprendizagem, na sua dimensão final, dentro de espaço e tempo específicos, facilitando ao professor fazer uma reflexão sistemática da prática pedagógica e dando condições ao estudante de estabelecer suas relações com determinado conteúdo proposto. Traz consigo a intencionalidade constituída, a partir dos critérios da avaliação, mas tendo segurança de como trabalhar esse conhecimento.

O Plano de Trabalho Docente também deve prever medidas de ajustes de temporalidade, com adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação que atendam às necessidades educacionais e especificidade de cada estudante, sendo de responsabilidade da equipe pedagógica a orientação aos professores, quanto a esta elaboração.

A seleção dos conteúdos, assim, não é aleatória. Ela é feita exatamente com base em alguma intenção, que é a expressão do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica, que foram construídos coletivamente pela comunidade escolar. (Taques; Carvalho; Boni; Fank; Leutz, 2008. p. 16 e 18)

Para elaborá-lo o docente deve observar os seguintes requisitos:

- Deve ser um trabalho consciente e sistematizado;
- Não se restringir apenas ao espaço da sala de aula;
- Estar diretamente ligado à necessidade de aprendizagem do estudante;
- Conter a previsão das ações docentes, fundamentadas em concepções e tendo como referência permanente as situações concretas (problemática social, econômica, política e cultural) que envolve a escola, os professores, os estudantes, a comunidade e os pais;
- Deverá ser organizado semestralmente.

5.5 Proposta Pedagógica Curricular

É o documento da escola que sistematiza a organização do conhecimento no currículo, pois é na Proposta Pedagógica Curricular que acontece a concretização do ensino, por meio da seleção dos conteúdos considerados como imprescindíveis à formação e emancipação dos estudantes. Tem por objetivo nortear e fundamentar as práticas pedagógicas dos professores.

A Proposta Pedagógica Curricular deve abordar também a concepção de sujeito, de educação e de avaliação. Estes aspectos são direcionados no Projeto Político-Pedagógico, por meio dos fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina da Matriz Curricular, por etapa e modalidade de ensino. Podemos perceber, portanto, que a Proposta Pedagógica Curricular não é um elemento fragmentado do Projeto Político Pedagógico, mas expressa a forma de como as concepções assumidas coletivamente serão efetivadas na prática pedagógica, por meio de seleção, ordenação e avaliação dos conteúdos de cada disciplina.

A proposta, no Estado do Paraná, é a construção de um documento curricular válido para todo território estadual, tendo como objetivo estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do Estado, em uma perspectiva de equidade, ou seja, de garantir as condições necessárias para que essas aprendizagens se efetivem.

Com isso a Proposta Pedagógica Curricular deve ser construída, a partir do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, contemplando objetos de conhecimentos e direitos de aprendizagens, pois o Referencial tem o objetivo de orientar as práticas pedagógicas na formação dos sujeitos para a vida em sociedade, frente às desigualdades institucionalizadas.

Assim, a proposta do Referencial tem por objetivo desenvolver integralmente os estudantes, dando condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos, por meio de diferentes linguagens para agir com determinação, respeitando os princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, compromisso este assumido pelo Estado e pelos Municípios paranaenses, devendo também ser assumido por todos os profissionais da educação.

Vale destacar que a escola tem um papel fundamental ao desempenhar a sua função social, política e pedagógica, de promover a oferta das condições e recursos construídos historicamente e culturalmente, possibilitando que os estudantes usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais, além de ter a responsabilidade para com o pleno desenvolvimento do estudante, oportunizando múltiplas oportunidades de aprendizagens que garantam o acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e a tecnologia.

Neste sentido, o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, reafirma o compromisso explicitado na Base Nacional Comum Curricular - BNCC de orientar práticas pedagógicas na formação de sujeitos para a vida em sociedade com a formação integral do estudante, reconhecendo que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica:

[...] compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. (BRASIL, 2017.p. 113)

Assim, a Proposta Pedagógica Curricular nas modalidades de ensino, deverá ser elaborada ou adequada num processo colaborativo a partir do Referencial, considerando o repertório de experiências cotidianas condizentes com a realidade de cada Rede de Ensino.

No Estado do Paraná, tendo consolidada uma política de educação e diversidade, o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações contempla esta temática nos objetos do conhecimento/ conteúdos e objetivos de aprendizagem das áreas do conhecimento e disciplinas numa perspectiva de diálogo com a realidade social de cada comunidade (Leis 10.639/03 e 11.645/08). Assim, a obrigatoriedade de expressar nas propostas pedagógicas curriculares é papel da escola, garantindo os direitos de aprendizagem sobre diversidade cultural étnico-racial, geracional, territorial, sexual e de gênero.

As Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial devem garantir aos estudantes o direito de atingir os objetivos educacionais propostos no Referencial Curricular do Paraná, prevendo e disponibilizando serviços de

atendimento diferenciado e flexibilizado para atender às especificidades e necessidades de seus estudantes.

O Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações não define um Currículo Estadual, porém, estabelece conhecimentos essenciais os quais estudantes devem apropriar-se ao longo de sua trajetória na Educação Básica.

A organização da Proposta Pedagógica Curricular está contida no documento “Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná”.

5.6 A Práxis Pedagógica

As Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial estão amparadas pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, credenciadas e autorizadas a ofertar:

- a) Educação Infantil – Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Fundamental – anos iniciais e;
- c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

a) **Educação Infantil** – Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar:

A **Estimulação Essencial**: é um atendimento especializado, preventivo, destinado às crianças com problemas evolutivos decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais. O trabalho especializado (ação) realizado pelo professor também é denominado de **estimulação precoce**.

A Proposta Pedagógica Curricular deverá prever:

- **Atendimento por Cronograma (preferencialmente)**: estimulação das áreas do desenvolvimento⁷ (cognitiva, psicomotora e socioafetiva).
- **Atendimento em Turmas**: estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva), acrescido da formação pessoal, social e conhecimento do mundo.

⁷ Áreas do Desenvolvimento – os conceitos a serem trabalhados nestas áreas encontram-se discriminados no anexo do documento “Avaliação de Ingresso dos Estudantes das Escolas Especializadas do Estado do Paraná”.

A Estimulação Essencial tem como objetivo o desenvolvimento integral dos aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais, priorizando a construção harmônica do desenvolvimento da primeira infância.

Para a ação pedagógica, os procedimentos de intervenção são orientados pela equipe multiprofissional (médico, psicólogo, fisioterapeuta entre outros), de acordo com as individualidades e necessidades de cada criança.

A ação pedagógica no curso de **Estimulação Essencial** deve ser estruturada para um atendimento sistemático à criança e à família.

Recomenda-se para crianças de:

- Zero a dois anos atendimento individual, de 20 a 40 minutos com trabalho de estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva) com a presença da mãe.
- A partir de dois anos, ampliar gradativamente o tempo, inserir a criança em pequenos grupos e complementar o atendimento com as áreas curriculares.

Na **Educação Pré-Escolar** nas escolas especializadas o currículo é o mesmo utilizado nos Centros de Educação Infantil municipais e/ou privados, prevendo os ajustes necessários para atender às necessidades do estudante e estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva) que estão defasadas.

Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem considerar o contexto e as características dos estudantes, observando o disposto no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cujos princípios sejam:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009, p.2).

De acordo com os referidos documentos, estes princípios se complementam e expressam uma formação fundamentada na integralidade do ser humano e social.

Além disto, a Proposta Pedagógica Curricular de cada instituição deve ter como eixo:

- Formação pessoal, social e conhecimento do mundo.
- Continuidade e reforço da estimulação essencial/precoce, enfatizando também a independência nas atividades da vida diária (AVD's) e a construção cognitiva voltada para a funcionalidade humana.

Obs.: Recomenda-se que as crianças de quatro e cinco anos sejam atendidas no curso **Educação Pré-Escolar** por cronograma, ou seja, uma matrícula na escola especializada e outra no Centro de Educação Infantil.

O professor regente da Educação Infantil (Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar) deve elaborar um Plano de Trabalho Docente, contendo planejamento individualizado, a partir das necessidades da criança, descritas no relatório de avaliação de ingresso e nos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil.

A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC assegura que a escola deve garantir à criança seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, principalmente no espaço escolar:

CONVIVER, BRINCAR, PARTICIPAR, EXPLORAR, EXPRESSAR E CONHECER-SE

CONVIVER: É a convivência em grupos, sejam grandes ou pequenos, com pessoas de idades diversas e com o uso de linguagens variadas, que amplia o (re) conhecimento de si mesmo e do outro. Isto vai instrumentalizar os pequenos para conviver com diferenças pessoais e culturais.

BRINCAR: A diversidade de formas, espaços, tempos e parceiros de brincadeira, sejam crianças ou adultos, ampliam e diversificam as possibilidades de acesso a produções culturais. É preciso valorizar a participação e as contribuições das crianças nas brincadeiras. Isso vai estimular o desenvolvimento do conhecimento, a criatividade e a imaginação. Nas brincadeiras também ocorrem experiências emocionais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais importantes para o desenvolvimento das crianças.

PARTICIPAR: As crianças precisam participar ativamente do planejamento da gestão da escola e das atividades cotidianas, com adultos e com outras crianças. Mas, como? A escolha das brincadeiras, de materiais e de ambientes auxiliam no desenvolvimento de diferentes linguagens e na elaboração do conhecimento. Isso prepara a criança para fazer escolhas, tomar decisões e posições, contribuindo com seu desenvolvimento.

EXPLORAR: A arte, a escrita, a ciência e a tecnologia, como modalidades de cultura, permitem que as crianças possam explorar, dentro e fora da escola, “movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos e elementos da natureza”, de modo a ampliar seus conhecimentos (BRASIL, 2017, p. 34).

EXPRESSAR: Por meio de diferentes linguagens, a criança deve expressar “suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, [e] questionamentos”. Assim, poderá aprender e desenvolver características que a tornem “sujeito dialógico, criativo e sensível” (BRASIL, 2017, p. 34, *passim*).

CONHECER-SE: A partir do conhecer-se é que a criança construirá sua própria identidade, englobando os campos pessoal, social e cultural. Portanto, é preciso constituir uma imagem positiva de si mesmo, além daqueles que fazem parte de seus “grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário” (BRASIL, 2017, p. 34).

A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC aposta que esses direitos garantem uma concepção de criança como ser observador, questionador, capaz de levantar hipóteses, concluir, julgar e assimilar valores. Isto contribui para que possa construir seus conhecimentos a apropriar-se deles de forma sistematizada, “por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [e] não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, reitera a importância e necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola” (BRASIL, 2017, p. 35).

Estes seis direitos são essenciais para que a criança ou estudante possa construir campos de experiência que de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC são cinco campos específicos que norteiam o desenvolvimento das ações pedagógicas:

1. O eu, o outro e o nós
2. Corpo, gestos e movimentos
3. Traços, sons, cores e formas
4. Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação (Oralidade e escrita)
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Em cada campo de experiência há expectativas de aprendizagem:

1. O EU, O OUTRO E O NÓS, neste campo, espera-se que a criança saiba respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional.
2. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS, aqui uma das expectativas é de que o estudante utilize o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio. E assim por diante.
3. TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS, neste quesito observa-se a importância de oportunizar às crianças desde bebês a exploração de diversos tipos de materiais, recursos tecnológicos e de multimídia, realizando suas produções com gestos, sons, traços, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, de modo singular, inventivo e prazeroso,

desenvolvendo sua sensibilidade para que possam constituir sua identidade pessoal e social, por meio destas interações.

É de suma importância que o profissional que atua na Educação Infantil tenha conhecimento das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva), de acordo com as teorias cognitivas, por isso, foram inseridos, nas referências deste material, alguns sites e/ou livros que poderão servir como orientadores para a ação pedagógica a ser realizada pelos profissionais que atuam nas escolas especializadas.

O Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações evidencia que a Educação Infantil não pode ser dissociada do Ensino Fundamental, o qual deve dar continuidade aos estímulos de aprendizagem já iniciados.

b) Ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental nas escolas especializadas oferta escolarização ao longo de 10 anos, organizado em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo composto de quatro etapas e o segundo ciclo em seis etapas, que correspondem respectivamente ao 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Escola Comum.

O Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, propõe que o ensino por ciclo na escola especializada, ocorra de forma flexível, pois permite maior tempo ao professor para trabalhar os conteúdos curriculares em um processo contínuo e sem interrupções. Nesta organização a promoção dos estudantes para o ano letivo subsequente é automática e permite ao professor dar continuidade ao processo de aprendizagem de acordo com o nível de conhecimento acadêmico e habilidades adaptativas.

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC⁸ é o documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo. Na etapa do Ensino Fundamental a Proposta Pedagógica Curricular - PPC é centrada na

⁸ A orientação para elaboração da PPC encontra-se no documento “Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná”.

alfabetização/letramento, ou seja, no mundo da leitura, escrita e cálculos matemáticos, ainda, prevê a estimulação das áreas do desenvolvimento (cognitiva, psicomotora e socioafetiva).

Para elaboração deste documento tem-se como referência a proposta (conteúdos) dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental Comum, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, Literatura, Música e demais Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia e de Ensino Religioso com medidas de ajustes de temporalidade e com adaptação de objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação.

O documento intitulado “As Referências Pedagógicas para as Escolas Especializadas do Estado do Paraná”, para a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular – PPC, subdivide-se em ciclos e etapas e oferece ao professor uma base sequencial de conteúdos de primeiro e segundos anos que compõem os dez anos dos dois ciclos.

O Atendimento Pedagógico nas escolas especializadas, amparadas pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 e pelo Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, é de **unidocência**, ou seja, as aulas deverão ser ministradas por um professor regente que desenvolva o trabalho pedagógico em todas as áreas do conhecimento, com exceção, das disciplinas de Educação Física e Arte, cujos docentes deverão ter licenciatura específica.

No processo de alfabetização entende-se que cada estudante tem seu próprio ritmo de aprendizagem e necessita de atividades pedagógicas que correspondam ao seu nível cognitivo e de experiências, assim não se admite que o grupo de estudantes que compõe uma turma seja considerado como um bloco homogêneo, ou seja, todos com as mesmas características de aprendizagem. Por este motivo, o professor regente deve fazer um Plano de Trabalho Docente, a partir da Proposta Pedagógica Curricular - PPC, contendo um planejamento (elaboração do Plano de Atendimento Individualizado – PAI) para cada um dos estudantes, respeitando seus ritmos, particularidades e nível de conhecimento.

Assim, mesmo tendo como base um referencial sequencial de conteúdos, é responsabilidade do professor utilizá-lo de forma comedida, não tornando-o num material rígido e/ou engessado, mas totalmente flexível, de forma a acompanhar o compasso de cada estudante.

No Ensino Comum, a principal mudança para o Ensino Fundamental, apontado na Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC e acentuado pelo Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações é a exigência de apropriação da leitura e escrita por todas as crianças que concluírem o segundo ano, as quais deverão ser capazes de ler e escrever, com autonomia e fluência. Dentre as prescrições, os estudantes deverão aprender também conteúdos de estatísticas e probabilidades.

Na Matemática, ao concluírem o 2º ano, os estudantes deverão ser capazes de coletar, classificar e representar dados em tabelas simples e em gráficos de colunas, além de classificar eventos cotidianos como pouco ou muito prováveis, improváveis e impossíveis.

Na escola especializada, os profissionais deverão concentrar-se principalmente na leitura, escrita e matemática básica, ou seja, reconhecer e saber contar em sequência numérica.

Para o Ensino Fundamental foram definidas **competências específicas de área**, para cada uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Nas Linguagens:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica e social e o seu caráter constitutivo de organização e significação da realidade.
2. Reconhecer as linguagens como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
3. Desenvolver visão crítica das linguagens, tendo por base o estudo da natureza, gênese e função delas para operar com a pluralidade das formas de expressão.
4. Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas, prevendo a coerência de sua posição e a dos outros, para partilhar interesses e divulgar ideias com objetividade e fluência diante de outras ideias.
5. Reconhecer as linguagens como parte do patrimônio cultural material e imaterial de uma determinada coletividade e da humanidade.
6. Respeitar e preservar as diferentes linguagens, utilizadas por diversos grupos sociais, em suas esferas de socialização.
7. Usufruir do patrimônio linguístico, artístico e de práticas corporais nacionais e internacionais, com suas diferentes visões de mundo, pelo acesso ao acervo e possibilidades de construção de categorias de diferenciação, apreciação e criação.

8. Interagir pelas linguagens, em situações subjetivas e objetivas, inclusive aquelas que exigem graus de distanciamento e reflexão sobre os contextos e estatutos de interlocutores, como as próprias do mundo do trabalho, colocando-se como protagonista no processo de produção/compreensão, para compartilhar os valores fundamentais de interesse social e os direitos e deveres dos cidadãos, com respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Na Matemática:

1. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes.

2. Estabelecer relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística, Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento e comunicá-las por meio de representações adequadas.

3. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

4. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens: gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna.

5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais, de outras áreas do conhecimento, validando estratégias e resultados.

6. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

7. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

8. Sentir-se seguro da própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

9. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.

Nas Ciências da Natureza:

- 1.** Compreender as ciências como empreendimento humano, reconhecendo que o conhecimento científico é provisório, cultural e histórico.
- 2.** Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas e socioambientais e do mundo do trabalho.
- 3.** Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, tecnológico e social, como também às relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas e buscar respostas.
- 4.** Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e da tecnologia e propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
- 5.** Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis, negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 6.** Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza.
- 7.** Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Nas Ciências Humanas:

- 1.** Reconhecer a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural.
- 2.** Compreender eventos cotidianos e suas variações de significado no tempo e no espaço.
- 3.** Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural.
- 4.** Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas.
- 5.** Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
- 6.** Compreender os conceitos históricos e geográficos para explicar e analisar situações do cotidiano e problemas mais complexos do mundo contemporâneo e propor soluções.
- 7.** Reconhecer e fazer uso das linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

A área das linguagens abriga os seguintes componentes curriculares: **Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física e Arte**, para os quais são definidas competências específicas do componente.

Em **Língua Portuguesa** as competências são:

1. Reconhecer a língua como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
3. Demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas, rejeitando preconceitos linguísticos.
4. Valorizar a escrita como um bem cultural da humanidade.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual.
6. Analisar argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação de valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos e interesses pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Ler textos que circulam no contexto escolar e no meio social com compreensão, autonomia, fluência e criticidade.
10. Valorizar a literatura e outras manifestações culturais como formas de compreensão do mundo e de si mesmo.

Em **Arte** as competências são:

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e de diversas sociedades, em distintos tempos e contextos, para reconhecer e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e na cultura brasileiras –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.

4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

Em **Educação Física** as competências são:

1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
3. Considerar as práticas corporais como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social.
4. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
5. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
6. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
7. Interpretar e recriar os valores, sentidos e significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
8. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, com base na análise dos marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, etnia, religião.
9. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.

10. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.

11. Utilizar, desfrutar e apreciar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

A área das **Ciências Humanas** abriga os componentes curriculares de **História e Geografia**, cujas competências específicas são:

Em Geografia:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico e entre distintas áreas do currículo escolar, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

4. Desenvolver o pensamento espacial, exercitando a leitura e produção de representações diversas (mapas temáticos, mapas mentais, croquis e percursos) e a utilização de geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo.

7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos democráticos, sustentáveis e solidários.

Em História:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e Compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

E... Como alfabetizar Estudantes com Deficiência Intelectual?

De acordo com a professora Cláudia Mara⁹, criadora do Método Desafios do Aprender - ABACADA: “alfabetizar alunos DI (deficiência intelectual) é um desafio para a escola e também para o professor que precisa aceitar esse desafio, o primeiro passo é despertar nesses alunos o desejo de aprender a ler e escrever, condição básica para que o aprendizado aconteça”.

Na escola especializada é muito importante também o professor diferenciar letramento e alfabetização, pois alguns estudantes conseguirão chegar à alfabetização e outros irão além, conseguindo chegar ao letramento.

⁹ Cláudia Mara da Silva é professora aposentada da rede municipal de ensino de Curitiba, atuou em escolas especializadas e no decorrer de sua vida profissional desenvolveu um método de alfabetização fonovisoarticulatório específico para estudantes com deficiência intelectual denominado de “Desafios do Aprender”, mas comumente conhecido como ‘ABACADA’.

Conforme Soares (1998), esses conceitos se mesclam e se confundem. Estes processos estão interligados, mas são específicos. Assim: alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita, ou seja, é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever.

Para ensinar o código linguístico é necessário apostar no estudante, mas escolher um método de alfabetização também é de grande relevância, a professora Cláudia Mara explica que se um aluno é exposto a um determinado método num ano e no ano seguinte a próxima professora trabalha com outro método, sem concluir o processo de alfabetização, os estudantes desta turma retornarão ao ponto de início e a cada ano será um recomeçar, por isso a escolha do método pode levar mais rapidamente ao caminho chamado ALFABETIZAÇÃO.

Foi pensando nesse caminho que o Departamento de Educação Especial - DEE de 2015 até 2018 tem enfatizado a importância do colegiado escolar em buscar um método que melhor se adapte aos profissionais da escola e aos estudantes da mesma, elegendo para as Semanas Pedagógicas um estudo direcionado para os Métodos de Alfabetização, pois é necessário conhecer as bases teóricas e pedagógicas de cada método para traçar as metas a que se pretende chegar.

Os métodos de alfabetização usualmente são divididos em sintéticos ou analíticos.

Segundo Mortatti (2006, p.4),

[...] métodos de marcha sintética (da 'parte' para o 'todo'): da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico (partindo dos sons correspondentes as letras); e da silabação (emissão de sons), partindo das sílabas. Sempre de acordo com certa ordem crescente de dificuldade. Quanto à escrita, esta se restringia à caligrafia e ortografia, e seu ensino, a cópias, ditados e formação de frases, enfatizando o desenho correto das letras.

Os métodos Sintéticos podem ser: ALFABÉTICO ou SOLETRATIVO, FÔNICO e SILÁBICO.

Método alfabético: tem como princípio a leitura a partir da decoração oral das letras do alfabeto. A principal crítica a este método está relacionada à repeti o de exercícios.

Método fônico: consiste no aprendizado através de associação entre fonemas e grafemas, ou seja, sons e letras baseando-se no ensino do código alfabético.

Método silábico: a aprendizagem é realizada por meio de leitura mecânica do texto, decifração das palavras. Nesse método as cartilhas são utilizadas para orientar os alunos e são usados fonemas e seus grafemas

Para os defensores do método **analítico**, a leitura é um ato global e audiovisual. Assim, o ensino da leitura inicia-se a partir de frases, depois de palavras e por último às sílabas.

Este método subdivide-se em:

Palavração: neste caso a essência está na palavra, como um todo, para que de forma natural a criança vá aprendendo e reconhecendo os sons.

Sentencição: a unidade inicial do aprendizado é a frase, que depois é dividida em palavras, de onde são transcritas as sílabas, ou seja, este método parte do todo para as partes.

Global: onde são apresentadas estruturas inteiras de textos com começo, meio e fim.

De acordo com pesquisas realizadas, os professores que atuam como regentes nas escolas especializadas, em geral, são formados nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo que a maioria não tem formação específica para a alfabetização. Partindo deste pressuposto, a SEED/DEE considerou de suma relevância proporcionar a estes profissionais uma formação voltada para o conhecimento de alguns métodos de alfabetização, pelo menos os mais utilizados nas Escolas Especializadas, como: Montessori, Boquinha, ABACADA, entre outros. Assim, nas Semanas Pedagógicas foram resgatados os estudos sobre os Métodos, conforme tabela a seguir:

Fevereiro de 2015	Reinventando a Alfabetização
Julho de 2015	Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional (A Escolarização na)
Fevereiro de 2016	A escola que tínhamos, a que temos e a que queremos...
Julho de 2016	Alfabetização e Deficiência Intelectual Método "Abacada".

Fevereiro de 2017	Método das Boquinhas
Julho de 2017	Ampliando os estudos sobre os métodos: Método Montessori
Fevereiro de 2018	Método Teacch

Segundo Piaget (2003), as crianças aprendem em seu próprio ritmo e por meio de seus próprios interesses, logo, na sala de aula há uma diversidade de estudante, para os quais os planejamentos dos professores devem ser diferenciados para adequar-se aos modos individuais de aprendizagem. O método pode ser o mesmo, mas a forma de apresentá-lo para cada estudante é que será diferenciado.

Para elaborar planos de atendimentos diferenciados, faz-se necessário que o profissional da educação seja um assíduo leitor, por essa razão, todo o material acima indicado, poderá fazer parte do acervo de consulta de cada um, pois os mesmos encontram-se disponíveis no portal educacional www.educacao.pr.gov.br/index.php.

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

Para atuar na Educação de Jovens e Adultos – Fases I da escola especializada, os professores são orientados a articular os conteúdos acadêmicos com situações e/ou termos utilizados na prática das atividades desenvolvidas nas Unidades Ocupacionais em que seus estudantes se encontram matriculados, para não destoar dos pressupostos teóricos que balizam os documentos da Educação de Jovens e Adultos – Fase I, ofertada no Ensino Regular, quanto ao respeito pela vivência e experiência que os estudantes trazem de seus espaços sociais.

Esta orientação visa também demarcar para o estudante a transição do universo infanto-juvenil para o mundo do jovem e adulto, incentivando a formação de atitudes autônomas, projetando-o no meio social e político, assegurando-lhe a participação na sociedade e estimulando-o a vivenciar possibilidades de escolhas e de responsabilidades para que se torne protagonista de sua própria história de vida.

De acordo com o Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, a escola especializada, a partir do ano de 2019, passa a ofertar a Educação de Jovens e Adultos – Fase I, articulada ou não às duas Unidades Ocupacionais, visando melhor atender aos grupos de estudantes público-alvo desta instituição.

Com o objetivo de regularizar as atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas especializadas que trabalham com base no currículo funcional, a partir do ano de 2019 estas instituições poderão escolher trabalhar com o currículo formal, com o currículo funcional e/ou com os dois currículos simultaneamente a depender do público matriculado.

Para tanto, convém relembrar o conceito de currículo. Entre tantas definições, verifica-se que de acordo com Libâneo (2001) o currículo é:

O conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também, aqueles valores, comportamentos, atitudes, que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora de currículo real, ora de currículo oculto (LIBÂNEO, 2001, p.101).

c.1) Currículo da Base Nacional Comum (Currículo Formal)

Para os estudantes jovens, adultos e/ou idosos que apresentam condições para a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, habilidades e competências para desenvolver atividades de escolarização e de ocupação, a escola deverá elaborar o currículo de acordo com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Este currículo (formal) é o mesmo utilizado nas escolas de Educação de Jovens e Adultos – Fase I comum, com as adaptações de temporalidade de que os estudantes necessitam.

UNIDADE OCUPACIONAL ARTICULADA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I ¹⁰

Esta oferta é destinada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e compõe-se de 02 unidades ocupacionais:

¹⁰ No Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 havia três unidades ocupacionais, neste Parecer CEE/Bicameral nº 128/18, a unidade de qualidade de vida foi suprimida, bem como o termo Educação Profissional.

- UNIDADE OCUPACIONAL DE **PRODUÇÃO**
- UNIDADE OCUPACIONAL DE **FORMAÇÃO INICIAL**

Estas Unidades Ocupacionais serão articuladas à Educação de Jovens e Adultos – Fase I e sua oferta se dará para os estudantes, cujo comprometimento intelectual e desempenho cognitivo permitam a realização das atividades propostas para este atendimento elencadas no Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14, com as mudanças que se fizeram necessárias para adequar-se ao Parecer CEE/Bicameral nº 128/18:

- **Unidade Ocupacional de Produção** – ofertar diferentes atividades formativas e de organização de instruções das diferentes formas de aprimoramento ocupacional.
- **Unidade Ocupacional de Formação Inicial** – ofertar conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais, a partir de atividades de ocupação, com objetivo de incluí-los socialmente, por meio do trabalho desenvolvido, tanto na escola como no mundo do trabalho.

O Estudante matriculado na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, atendido pelo currículo formal, deverá obrigatoriamente frequentar uma das Unidades Ocupacionais propostas.

Para este grupo de estudantes o atendimento ofertado deve ser de forma coletiva, pois eles devem estar agrupados em turmas. A organização pedagógica se dá em ciclo único e não por seriação, desta forma, em uma mesma turma, na maioria das vezes, haverá estudantes de diferentes níveis de aprendizagem. Por exemplo: uma turma poderá ser composta por estudantes que estão em nível de 1º ano, outros de 2º ano e assim por diante.

A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) da Educação de Jovens e Adultos – Fase I deve oportunizar o acesso à alfabetização e aos conteúdos formais das três áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza, bem como, ainda, o desenvolvimento de habilidades básicas referentes às Unidades Ocupacionais. A Proposta Pedagógica Curricular (PPC) deve ser

elaborada para um ciclo único, contendo conteúdos do 1º ao 5º ano, oferecendo ao professor um referencial para elaboração de seu planejamento individualizado.

A exemplo do Ensino Fundamental, o atendimento pedagógico na Educação de Jovens e Adultos – Fase I também deve ser de **unidocência**, onde um professor regente é o responsável por trabalhar os conteúdos das diferentes disciplinas, com exceção de Arte e Educação Física.

No Plano de Trabalho Docente – PTD, o professor deve prever um trabalho individualizado com seus estudantes, onde a ação pedagógica é planejada, respeitando-se a singularidade desses estudantes. Ressalta-se que o trabalho individualizado orientado para as Escolas Especializadas **não significa um professor para atender um único estudante**, prática não recomendada na pedagogia, pois de acordo com as teorias de aprendizagem e práticas escolares, os estudantes com e sem deficiências aprendem na interação com seus pares, ou seja, no coletivo.

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC das Unidades Ocupacionais deverá sistematizar suas atividades em duas Unidades Ocupacionais – U.O. de Produção e de Formação Inicial, com a finalidade de avaliar, na esfera de educação escolar e Unidades Ocupacionais, desenvolver atitudes participativas, cooperativas e o senso crítico, permitindo ao estudante conviver na sociedade de forma mais engajada possível, consciente de seus direitos e deveres sociais.

Orientação para formação das turmas de Educação de Jovens e Adultos – Fase I, articulada às Unidades Ocupacionais:

Para a formação das turmas na Educação de Jovens e Adultos – Fase I articulada às Unidades Ocupacionais a equipe pedagógica da escola deverá considerar as particularidades habilidades, potencialidades e quadro clínico de cada estudante.

Observe:

Unidade Ocupacional de Produção: Estudantes, jovens e adultos, que apresentam condições de realizar, com segurança, operações descritas em ocupações e que

necessitam do acompanhamento sistemático para o aprimoramento do desempenho, podendo avançar para a Unidade Ocupacional de Formação Inicial ou permanecer nessa Unidade em processo contínuo.

Unidade Ocupacional de Formação Inicial: Adolescentes, jovens e adultos, com conhecimentos sobre organização e hierarquia, formação inicial para o mundo do trabalho, iniciativa, emancipação econômica e pessoal, os quais poderão ser encaminhados para outros centros formadores para aperfeiçoamento.

Obs.: Assim, o tipo de Unidade Ocupacional dependerá das condições pedagógicas e clínicas dos estudantes que a escola atende; haverá escolas que terão apenas um tipo de unidade ocupacional, outras que terão os dois tipos.

Diante desta nova reestruturação, sugerimos algumas organizações de quadro horário para a Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I, articulada às unidades ocupacionais:

Quadro IX

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente 1	Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Regente1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Regente1	Ed. Física
Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Regente1	Regente1	Regente1
Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Regente1	Regente1	Regente1

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs: Neste caso descrito no quadro IX, a turma tem atividades ocupacionais concentradas em um único dia da semana, sob a orientação do docente regente2.

Quadro X

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Arte
Unidade Ocupacional Regente 2	Regente 1	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Ed. Física
Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1
Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Regente1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs: Neste caso, descrito no quadro X a turma tem atividades ocupacionais desenvolvidas em dois dias na semana, sob a orientação dos docentes regente1 e regente2, oportunizando duas atividades diferenciadas, por exemplo: o regente 1 trabalha com tear e o regente 2 com jardinagem, mas nada impede que os dois desenvolvem a mesma atividade, um dando continuidade ao trabalho do outro, por exemplo: jardinagem (que necessita de mais dias na semana).

Quadro XI

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1	Arte
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Arte
Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Ed. Física
Arte	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Regente1
Ed. Física	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente1	Regente1

Quadro XII

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Unidade Ocupacional Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Arte	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 2
Unidade Ocupacional Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 2	Ed. Física	Unidade Ocupacional Regente 2	Unidade Ocupacional Regente 1
Arte	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1	Unidade Ocupacional Regente 1	Regente 1
Arte	Regente 1	Regente 1	Regente1	Regente1
Ed. Física	Regente 1	Regente 1	Regente1	Regente1

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Obs: No quadro XII, apresenta-se uma distribuição que pode ser realizada, no entanto, não é recomendável, uma vez que pode desorganizar os estudantes com tanta mudança de profissional no mesmo dia letivo. Mas se houver necessidade para que a escola possa se organizar, este formato também será aceito.

É importante destacar que a carga horária da unidade ocupacional pode ser inferior à carga horária da EJA (demonstrado no quadro 1), não sendo permitido que a carga horária da Unidade Ocupacional se sobreponha à carga horária da EJA, mas pode ser equivalente, como demonstrado no quadro 2.

Importa ressaltar que o Parecer CEE/Bicameral nº 128/18 reiterou a oferta da EJA do 1º ao 5º ano nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, dissociando da Educação Profissional, preservando as atividades desenvolvidas nas unidades ocupacionais, as quais são articuladas à Educação de Jovens e Adultos – Fase I, no entanto, as ‘mantenedoras’ das escolas especializadas têm a prerrogativa de contemplar a Educação Profissional, no

formato que preferir, em seus programas de atendimento, desde que os estudantes realizem tais atividades **no contraturno de escolarização**.

c.2) Currículo Funcional

Para os estudantes jovens, adultos e/ou mais idosos, cujas deficiências intelectuais e/ou transtornos estejam sujeitos à comorbidades, a escola deverá elaborar uma proposta de trabalho balizada nos fundamentos expressos no Currículo Funcional, de acordo com as necessidades, habilidades e possibilidades dos estudantes, para isto é necessário que a escola contemple em seu Projeto Político-pedagógico as premissas e fundamentação teórica do Currículo Funcional. Estes estudantes poderão ser atendidos **preferencialmente por cronograma**, de acordo com sua tolerância para as atividades e rotinas escolares e a organização de cada unidade escolar.

Mas... Por quê um Currículo diferenciado?

Porque os estudantes com graves comprometimentos têm direito a um currículo diferenciado, como já previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial – DCNEE – que propõe que:

para os alunos com graves comprometimentos mentais ou múltiplos que não puderem se beneficiar do currículo comum, o desenvolvimento de currículo funcional para atender as necessidades práticas da vida. O currículo e a avaliação funcional têm o sentido de buscar meios úteis e práticos para favorecer o desenvolvimento das competências sociais: o acesso ao conhecimento, à cultura e às atividades valorizadas pela comunidade para a inclusão social desses alunos. (BRASIL 2001)

O que é este tal de Currículo Funcional?

Iniciando os estudos sobre o CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

O Currículo Funcional foi desenvolvido para estudantes com deficiência intelectual acentuada, visando à melhoria da qualidade de vida desses estudantes, proporcionando atividades promotoras das habilidades essenciais, para torná-los independentes, autônomos e produtivos.

De acordo com Suplino (2005)

O Currículo Funcional Natural (CFN) surgiu no início da década de setenta, quando um grupo de pesquisadores na Universidade do Kansas discutiu e propôs um currículo para ser utilizado com crianças com desenvolvimento típico na faixa etária de quatro a cinco anos. Esse currículo propunha desenvolver habilidades que levassem as crianças a atuarem da melhor forma possível dentro do seu ambiente, tornando-as mais independentes e criativas, aumentando as respostas adaptativas e diminuindo os comportamentos que tornassem as crianças menos integradas.

Para LeBlanc (1992) “um currículo para uma pessoa com deficiência intelectual deverá estar centrado no ensino de habilidades, que tornam o aluno mais independente e produtivo e conseqüentemente mais socialmente aceito¹¹”.

LeBlanc (1992, p. 2) afirma ainda que, o currículo Funcional Natural é elaborado de forma individualizada, de acordo com a realidade e as necessidades de cada estudante, e sua construção deve estar baseada em três eixos:

- a) As necessidades atuais e futuras do aluno como o determina seu meio de vida.
- b) Informação e as habilidades que o aluno precisa apreender logo, de acordo com análise do que ele já tenha aprendido.
- c) As habilidades e incapacidades dos alunos, os quais estão determinados pela ação da resposta anterior do aluno nos meios educacionais.

Para a realização deste Currículo Funcional Natural – CFN, Suplino (2005) apresenta alguns elementos fundamentais:

- a) A pessoa como Centro: olhar o estudante com deficiência para além de suas deficiências, dificuldades e/ou limitações.
- b) Concentração nas habilidades: perceber as habilidades e as potencialidades dos estudantes.

¹¹ O termo ‘socialmente aceito’ no período em que o texto foi elaborado (1992) estava de acordo com o Paradigma da Integração, vigente naquele momento. Atualmente no Paradigma da Inclusão pode-se interpretar como pessoa incluída na sociedade.

c) Todos podem aprender: o professor deve observar a forma e ritmo de cada estudante, pois todos aprendem, mas cada um do seu jeito e no seu tempo.

d) O intercâmbio entre família e escola: sem o qual não há como o estudante praticar em casa, ou em outros ambientes, o que aprendeu na escola.

De acordo com Falvey, 1982, quando uma atividade proporcionada ao estudante é funcional, o mesmo conseguirá desempenhá-lo sozinho. Caso a resposta não seja positiva, a atividade proposta não é funcional.

Sheivin & Klein (1984 *apud* Cerqueira, 2011) explica que no Currículo Funcional é fundamental a oportunidade de se fazer escolhas, tomar decisões e expressar preferências, para o quê devem ser considerados três contextos:

1. Atividades de Classe planejadas para o desenvolvimento de habilidades específicas de escolha;
2. Integração das oportunidades de fazer escolhas durante o período escolar através das diferentes áreas curriculares;
3. Provisão de oportunidades dentro e fora da escola para o aluno vivenciar os benefícios e consequências das escolhas feitas.

Analisando a literatura acadêmica, foi considerado que o Currículo Funcional poderá proporcionar mais benefícios para os estudantes, com deficiência intelectual, múltiplas deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento com graves comprometimentos, matriculados nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial. Na prática, esta realidade já era vivenciada nas Escolas Especializadas, mas a partir de agora, torna-se regular, pois que deverá constar do Projeto Político-Pedagógico – PPP das instituições que adotam esta linha curricular.

Importa destacar que quando se trabalha com o Currículo Funcional, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) enfatizam que:

Tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais, buscando meios úteis e práticos para favorecer: o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade; e a inclusão do aluno na sociedade (BRASIL, 2001, p. 58).

Para a realização do trabalho pedagógico no atendimento aos estudantes beneficiados pelo atendimento do Currículo Funcional por cronograma, elaborou-se algumas possibilidades de organização de grade horária:

Para os estudantes atendidos por cronograma contemplar ao menos uma aula de Educação Física e uma aula de Arte na semana.

Quadro XIII

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	De 15 em 15 dias	
				Sexta-feira	Sexta-feira
Aluno A	Aluno K	Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J
Aluno B	Aluno L	Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K
Aluno C	Aluno M	Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L
Aluno D	Aluno N	Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M
Aluno E	Aluno O	Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N
Aluno F	Aluno P	Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O
Aluno G	Aluno Q	Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P
Aluno H	Aluno R	Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q
Aluno I	Aluno M	Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R
Aluno J	Aluno N	Aluno J	Aluno N	Aluno J	Aluno N

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Quadro XIV

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	
				Antes do intervalo	Após o intervalo
Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J	Aluno A	Aluno J
Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K	Aluno B	Aluno K
Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L	Aluno C	Aluno L
Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M	Aluno D	Aluno M
Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N	Aluno E	Aluno N
Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O	Aluno F	Aluno O
Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P	Aluno G	Aluno P
Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q	Aluno H	Aluno Q
Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R	Aluno I	Aluno R

Figura elaborada pela Coordenação Pedagógica das Instituições Especializadas DEE/Seed/2018

Com a possibilidade de inserção dos dois currículos, o formal e o funcional, nos Projetos Político-Pedagógico - PPP das escolas especializadas, abre-se uma ampla gama de possibilidades, de atividades e de recursos para a preparação e desenvolvimento dos Planos de Trabalho Docentes – PTD, para aqueles que atuam com os estudantes mais comprometidos, além de possibilitar que as atividades que antes estavam contidas na Unidade Ocupacional de Qualidade de Vida continuem a ser realizadas, sem o encargo que trazia sob a denominação de ‘Educação Profissional’.

5.7 O Ensino de Educação Física e Arte como coadjuvantes no processo de Alfabetização de estudantes com deficiências

1- O Ensino da Educação Física

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDBEN 9394/96, no seu Artigo 26, inciso 3º, assegura que “a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica”, ou seja, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

O Artigo 22 dessa mesma Lei complementa que “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 1996)

Em seu Artigo 29 a LDBEN 9394/96 afirma ainda que, “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando com a ação da família e comunidade”. (BRASIL, 1996)

Na atualidade a Educação Física escolar vem sendo permeada e influenciada pela diversidade de abordagens pedagógicas. Assim, essa multiplicidade de formas de pensar, interpretações e concepções teórico-metodológicas, tendem a oportunizar possibilidades de debates e avanços na Educação Física escolar que visam contribuir significativamente para o desenvolvimento da função social da escola nestes tempos, isto é, auxiliar na

formação humana para uma atuação crítica, democrática e transformadora da sociedade e da vida pública. (PARANÁ, 2018, p. 380)

Some-se a isso que o objeto de estudo da Educação Física é a Cultura Corporal cujo conceito

tem como suporte a ideia de seleção, organização e sistematização do conhecimento acumulado historicamente, acerca do movimento humano, para ser transformado em saber escolar. Esse conhecimento é sistematizado em ciclos e tratado de forma historicizada e espiralada. Isto é, partindo do pressuposto de que os estudantes possuem um conhecimento sincrético a respeito da realidade, é função da escola, e neste caso também da Educação Física, garantir o acesso às variadas formas de conhecimentos produzidos pela humanidade, levando os estudantes a estabelecerem nexos com a realidade, elevando-os a um grau de conhecimento sintético. Nesse sentido, o tratamento espiralar representa o retomar, integrar e dar continuidade ao conhecimento nos diferentes níveis de ensino, ampliando sua compreensão conforme o grau de complexidade dos conteúdos. (PARANÁ, 2008, p. 44-45 in: PARANÁ, 2018, p. 380)

Compreender a disciplina de Educação Física num contexto mais amplo significa compreender que a disciplina influencia e sofre influência nas interações que são estabelecidas nas relações sociais, políticas, econômicas, religiosas, étnico-raciais, inclusivas, de gênero e culturais dos povos, também mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC. Assim sendo, o Referencial Curricular do Paraná traz uma grande diversidade de **Objetos de conhecimento** a serem tematizados por meio dessa disciplina e **Objetivos de aprendizagem** organizados em seis **Unidades temáticas** que deverão ser articuladas pelo professor ao longo dos anos do Ensino Fundamental a fim de garantir aos estudantes **Direitos de aprendizagem**. (PARANÁ, 2018, p. 380-382)

De acordo com Godoi, Kopal, e Magalhães (2007) na Educação Infantil, a Educação Física desempenha um papel de relevada importância, pois a criança, nesta fase, está em pleno desenvolvimento das funções motoras, cognitivas, emocionais e sociais, passando da fase do individualismo para a das vivências em grupo. A sala de aula de Educação Física é o espaço propício para um aprendizado através das brincadeiras, desenvolvendo-se os aspectos cognitivos, afetivo-social e emocional, conjuntamente.

O Artigo 30 LDBEN vigente enfatiza que, a Educação Infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade.

O que a Educação Física tem a ver com o processo de Alfabetização?

De acordo com Mattos e Neira (2003, p. 17)

Não há um movimento pelo movimento. **Toda ação tem uma intenção**, seja ela expressiva ou funcional é sempre determinada pela sua dimensão cultural: um jogo, um esporte, uma dança, um trabalho, uma expressão etc., **qualquer gesto é sempre sustentado por um significado**. (grifo nosso)

Para esses autores o local onde se desenvolve a Educação Física (movimentos) deve-se constituir em um espaço pedagógico, onde ludicamente assimilam-se regras, valores, comportamentos e conhecimentos, pois para o profissional dessa disciplina esses movimentos vão além das nomenclaturas de músculos e tendões, de fibras, de força, resistência e velocidade, o gesto é carregado de sentido, significado e intencionalidade.

Visualiza-se assim a cientificidade do trabalho do professor quando se compreende o inculcado na frase “Toda ação tem uma intenção” ressaltando a importância da elaboração do planejamento das aulas, ou seja, o professor da disciplina de Educação Física, com especialização em Educação Especial, assim como os professores regentes, por meio da observação das necessidades das aprendizagens que os estudantes da sua turma apresentam (pré-requisitos para a alfabetização), confecciona seu plano de aula com os objetivos que deverão ser atingidos; levanta hipóteses; prevê as metodologias, recursos didáticos, estratégias, organização de espaços/tempos e formas de avaliação a serem utilizados; e sobretudo, diante dos resultados apontados, se necessário, faz a revisão desse plano de aula.

Durante as brincadeiras/movimentos/jogos nas aulas de Educação Física as crianças são inseridas em situações que se vêem obrigadas a pensar e planejar a sua movimentação (seja fugindo de um pegador, escalando uma montanha imaginária), criar, opinar, escolher, entre outros processos cognitivos (MATTOS e NEIRA, 2003, p. 17).

É preciso compreender o movimento para além do olhar biológico e fisiológico, pois não se pode conceber a movimentação descontextualizada de uma situação de pensar como fazer do ponto de vista das crianças, ou seja, como esse movimento precisa ser trabalhado. (MATTOS e NEIRA 2003, p. 22-23).

Baseados nos estudos de Wallon; Mattos e Neira (2003, p. 22) apontam que o movimento pode ser de três tipos: reflexo, automático e voluntário.

- **Reflexo:** motricidade inata, que é natural desde o momento do nascimento, tem por característica fundamental a existência em função da autopreservação (movimento instintivo, execução de um movimento reflexo que independe da vontade e do comando cerebral, devido à rápida reação à informação. A decisão nesse caso é tomada pela medula óssea, o cérebro não tem participação (importância da intervenção nas turmas de estimulação precoce/essencial).
- **Voluntário:** motricidade que exige o estabelecimento de um plano de ação, tomada de decisão em nível de córtex cerebral, o planejamento da ação motora, a avaliação dos resultados acumulando-os em forma de experiência.
- **Automático:** segunda etapa do movimento voluntário, este se repetido uma quantidade considerável de vezes (movimento experiente) realiza uma migração cerebral sai do córtex e penetra na região subcortical, desocupando espaço no córtex possibilitando estabelecer novos planos de ação motora mais avançados.

Em suas pesquisas, os autores referenciados, citam duas linhas de trabalho, que apesar de apresentarem semelhanças, distinguem-se nos seus objetivos:

- **A educação do movimento** que prioriza o aspecto motor na formação do educando, isto é, desenvolvimento das habilidades motoras (correr, saltar, arremessar, empurrar, puxar, balançar, balancear, subir, descer, andar), da capacidade física (agilidade, destreza, velocidade, velocidade de reação) e das qualidades físicas (força, resistência muscular localizada, resistência aeróbica e resistência anaeróbica).

- **A educação pelo movimento** compreende os aspectos afetivos, cognitivos e sociais.

[...] é uma educação psicomotora de base, que visa atingir a criança no plano afetivo (isto é, na capacidade de se relacionar com os outros e com as coisas) e no desenvolvimento funcional, seja na capacidade de ajustamento, seja na organização dos campos exteroceptivo (percepção espaço-temporal) e propioceptivo (percepção do corpo e das sensações). [...] visa conjugar os fenômenos motores, intelectuais e afetivos, garantindo ao homem melhores possibilidades na aquisição instrumental e cognitiva, bem como na formação da sua personalidade. (COLLELLO, 1995 apud MATTOS e NEIRA, 2003, p. 19)

Ressalta-se que a educação pelo movimento fundamenta-se nos trabalhos de Jean Le Boulch que são embasados nas ideias de Piaget, Vygotsky, Wallon, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

Para alfabetizar-se, para adquirir o raciocínio lógico matemático ou para apreender qualquer outra espécie de conteúdo o caminho obrigatório é a passagem pelo movimento, a raiz de toda a construção de conhecimentos. Só uma visão elaborada de si mesmo, uma compreensão do mundo que a cerca e uma sintonia com esse mundo constituirão os fundamentos para aquisições futuras. (COLLELLO, 1995 apud MATTOS e NEIRA, 2003, p. 27)

Para Le Boulch (1988, p.24), a Educação Física

Deverá ser considerada como uma educação de base na escola [...]. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permite prevenir inadequações, difíceis de corrigir quando já estruturada.

A Educação Física deve ser vista como eixo aglutinador de conhecimentos: psicomotores (físico-motores), capacidades cognitiva/linguísticas (percepto cognitivos) e socioafetivos, tendo papel fundamental no contexto da alfabetização, através das atividades de movimento, promovendo o aprendizado da leitura e da escrita numa configuração lúdica.

Aspectos Psicomotores:

Esta dimensão prevê a articulação dos movimentos com diferentes tipos de materiais em diferentes situações de jogos, ginásticas e danças. Envolve também o desenvolvimento das estruturas óssea, muscular, cardiorrespiratória e o vigor do organismo em geral. São trabalhadas as capacidades físicas de: resistência, força, velocidade, agilidade, coordenação e flexibilidade.

De acordo com MATTOS e NEIRA (2003) dada à especificidade do trabalho motor, pode-se inferir como:

- Conhecimento de si: o esquema corporal.
- Conhecimento do meio: a estruturação espacial.
- Conhecimento das relações com o meio: a orientação temporal.

Aspectos Cognitivos:

Esta dimensão pressupõe os processos perceptivos vinculados discriminação visual, tátil, auditiva e cinestésica¹²/sinestésica¹³. Abrange a consciência que a pessoa tem de seu próprio corpo e de como ele se movimenta, de sua posição no espaço e da sua relação com o ambiente a sua volta e envolve também a compreensão e o entendimento das regras nos jogos e os mecanismos cognitivos para resolução de problemas nos diferentes tipos de conteúdos e atividades.

Aspectos Socioafetivos:

Este aspecto envolve a compreensão e o entendimento das regras no jogo e os mecanismos cognitivos para a resolução de problemas nos diferentes tipos de conteúdos. Esta dimensão está vinculada com a forma de relacionamento grupal e o processo de articulação de diferentes pontos de vista. O exercício do respeito mútuo e do diálogo para resolver conflitos favorece a aprendizagem da autonomia moral e intelectual que estão entre os principais objetivos do processo educacional.

Portanto, a Educação Física tem no movimento e na ludicidade um grande aliado no que diz respeito ao desenvolvimento, tanto físico quanto intelectual das crianças, por possibilitar aos estudantes desenvolverem as habilidades da cultura corporal, estimular o desenvolvimento das capacidades de pensamento e a criatividade infantil, além de ser fator de desenvolvimento da força, do controle muscular, do equilíbrio orgânico, físico e psicológico da criança.

Nesse sentido, **o jogo** é um espaço educativo fundamental da infância e auxilia no processo ensino-aprendizagem de muitas áreas, inclusive leitura e escrita,

¹² Cinestésica – relativo à comunicação por meio dos movimentos corporais.

¹³ Sinestésica – relativo à combinação dos sentidos – interpretação de uma sensação por meio do esforço neurológico.

contribuindo também para as crianças desenvolverem suas capacidades de imaginação e interpretação.

As brincadeiras permitem às crianças identificar, classificar, agrupar, ordenar, seriar, simbolizar e ao mesmo tempo, desenvolverem a atenção, concentração, melhorando assim, a expressão corporal e a postura, é neste momento que a criança pode se expor, deixar as diferenças e dificuldades. Nesse espaço se dá outra forma de aprendizado e de alfabetização, pois ler não é só decifrar e escrever não é só copiar. (FERREIRO, 2001).

Compreende-se assim que as brincadeiras lúdicas são de extrema importância para o desenvolvimento quanto para o aprendizado dos estudantes. É através de brincadeiras que o professor tem oportunidade de adentrar no universo da criança. Portanto o brincar deve ser oportunizado e visto como uma atividade legitimamente escolar.

De acordo com Piaget (2003), o caráter educativo do brincar é visto como uma atividade formativa, que pressupõe o desenvolvimento integral do sujeito, quer seja, na sua capacidade física, intelectual e moral, como também na constituição da individualidade, na formação do caráter e da personalidade de cada um.

Esse autor enfatiza que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Estas atividades não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual.

Desta maneira, a educação Física tem papel indispensável no desenvolvimento integral dos estudantes, principalmente da Escola Especializada. Assim, o professor da disciplina de Educação Física deverá trabalhar de forma colaborativa e integrada com demais professores para propiciar atividades que auxiliem aos estudantes na apropriação do código linguístico, ou seja, nos pré-requisitos necessários para a alfabetização, letramento e vida autônoma.

2- O Ensino da Arte

Por muito tempo a disciplina de Arte foi depreciada no campo educacional, por vezes, o professor dessa disciplina tornou-se, até mesmo, alvo de *Bullying* entre seus pares e os conteúdos dessa ciência foram utilizados apenas para preencher

'buracos' na grade horária escolar, apresentando-se nos currículos como Educação Artística, Desenho e/ou Trabalhos Manuais.

Aos poucos a disciplina de Arte configurou-se em objeto de estudos e vêm conquistando espaços nas políticas educacionais.

Assim, a LDBEN 9394/96 no parágrafo 2º do seu artigo 26 reconhece o ensino de 'arte' como componente obrigatório em todos os níveis da Educação Básica, com a premissa de promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

Diante das inúmeras dificuldades que os profissionais, que atuam nas escolas especializadas, enfrentam no dia a dia na proposição de atividades que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiências, as aulas de arte sugerem oportunidades para aprimorar suas aprendizagens nos seus aspectos cognitivo, psicomotor, socioafetivo, ético e estético.

O componente curricular de Arte apresenta-se, na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações como parte da área de Linguagens, subdivididas em: artes visuais, dança, música e teatro, articulando o conhecimento às seis dimensões: criação crítica, estética, expressão, fruição e reflexão, em todas as etapas de escolarização.

A partir das diferentes linguagens verbais e não verbais (oral ou visomotora, como Libras, e escrita), corporais, visuais, sonoras e digitais, pretende-se proporcionar aos estudantes que se expressem e partilhem informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, oferecendo assim diversas formas de comunicação, oportunidades de expressão, desenvolvendo a criatividade e favorecendo a socialização.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI conceitua a criança como um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

Implicitamente a Arte traz associada a ludicidade, a qual oportuniza além da diversão, o aprendizado e a interação. Portanto, há uma preocupação de que na transição da Educação infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental seja dada continuidade à proposição de atividades artísticas de forma lúdicas, pois esta

colabora e integra o repertório de conhecimentos na nova etapa da vida escolar da criança.

Por que ensinar Arte no processo de Alfabetização?

O Ensino de Arte amplia as possibilidades de compreensão de conhecimento e de mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia entre outras.

Ensinar arte no processo de alfabetização para estudantes público-alvo das escolas especializadas é antes de tudo pensar nas especificidades individuais de cada estudante, na perspectiva sensorial e também no diagnóstico (para não propor atividades que possam prejudicá-lo), sabendo-se que são únicos com suas potencialidades e dificuldades, sendo assim é necessário que seja elaborado um plano de atendimento individualizado.

Além disso é imprescindível um trabalho coletivo entre os profissionais, regente de classe e Arte, afim de obterem sucesso no desenvolvimento do ensino e aprendizagem do estudante.

Conforme Barbosa (2005, p. 27-28), “não se alfabetiza fazendo apenas as crianças juntarem as letras. Há uma alfabetização cultural sem a qual a letra pouco significa. A leitura social, cultural e estética do meio ambiente vai dar sentido ao mundo da leitura verbal”.

O processo de alfabetização através da imagem é bastante positivo, pois desperta no estudante habilidades e estratégias para construir o conhecimento.

A necessidade de alfabetização visual vem confirmando a importância do papel da Arte na Escola. A leitura do discurso visual, que não se resume apenas à análise de forma, cor, equilíbrio, movimento, ritmo, mas principalmente é centrada na significação que esses atributos, em diferentes contextos, conferem à imagem é um imperativo de contemporaneidade. Os modos de recepção da obra de Arte e da imagem ao ampliarem o significado da própria obra a ela se incorporam (BARBOSA, 2003, p.18).

As imagens são grandes atenuadores no processo de aprendizagem, pois, quando a pessoa tem dificuldade em decodificar o código escrito ou quando a

criança começa a entender o mundo, são as imagens que fazem a ligação delas com o meio através dos símbolos, como placas, desenhos e figuras ou até mesmo mídias, como a televisão, utilizando os desenhos animados para que a criança aprenda valores e reconheça os objetos.

Cabe enfatizar que o trabalho com arte nos anos iniciais, deve possibilitar ao estudante o acesso à cultura e à arte, à produção, à reprodução e às experiências artísticas de modo articulado:

- O acesso à cultura e à arte acontece através da apreciação às diferentes manifestações e visitas aos espaços culturais da comunidade e da cidade. Por outro lado, é necessário trazer a arte e a cultura para a escola pelo aporte dos artistas locais para apresentações, exposições e oficinas;
- Produção e experiências artísticas abrangem diversas áreas através da pintura, escultura, elaboração de vídeos, dança, teatro, canto, participação em grupos vocais e instrumentais, entre outras propostas.

Destaca-se que o professor de Arte deve fazer a diferença na vida e no desenvolvimento dos estudantes com deficiências. Para isso deve ficar atento para os sinais de alterações no desenvolvimento que este vem apresentando. Ainda, deve organizar suas atividades considerando as particularidades e limitações de cada estudante, lembrando que a ação pedagógica é voltada para o potencial deste e não para sua deficiência. Este é o desafio, saber atender à diversidade dos estudantes.

Desde que a LDBEN 9394/96 assegura que as aulas de Educação Física e Arte são componentes obrigatórios na Educação Básica em qualquer uma das modalidades de ensino, a SEED/DEE tem possibilitado que as aulas de Educação Física e Arte¹⁴ na Educação Infantil sejam também ministradas por profissional habilitado nas respectivas disciplinas com especialização em Educação Especial. Esses profissionais devem seguir os axiomas indicados nos Referenciais Curriculares do Paraná: princípios, direitos e orientações e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI para a organização de seus Planos de Trabalhos Docentes.

¹⁴ No caso da disciplina de arte, quando não há profissional habilitado na região são aceitas as formações de Pedagogo com especialização em Educação Especial.

Desta forma, os professores das disciplinas de Educação Física e de Arte, articulados ao professor regente formam um tripé fundamental que potencializa a transformação das experiências vivenciadas pelos estudantes (tanto da Educação Infantil, quanto do Ensino Fundamental) em aprendizado, aos quais, ao longo da vida, muito mais será acrescentado.

5.8 Avaliação Processual

Na Escola Especializada a avaliação da aprendizagem consiste em uma coleta de dados qualitativos das atividades desenvolvidas pelos estudantes, em diferentes situações e espaços de aprendizagem, dessa forma, deve ser **processual, contínua, diagnóstica e descritiva**, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do estudante, considerando suas características individuais, ritmos, potencialidades e dificuldades.

A avaliação é **contínua e processual**, porque permeia o trabalho pedagógico diário do professor ao longo do processo de ensino- aprendizagem, ou seja, não deve acontecer somente ao final de um bimestre ou semestre por meio de provas ou testes. O professor deve estar atento, observando e anotando as atitudes, participações, interesses, comunicação oral e escrita, expressão de ideias e autonomia, entre outros comportamentos dos estudantes.

A avaliação é **diagnóstica**, porque tem como objetivo identificar as causas das dificuldades específicas dos estudantes no processo de aprendizagem, tanto relacionadas às habilidades adaptativas, quanto à apreensão dos conteúdos acadêmicos. A avaliação diagnóstica fornece dados para que o planejamento seja ajustado e contemple intervenções específicas para cada estudante.

A **avaliação descritiva** nada mais é do que um relato do processo de ensino-aprendizagem é o registro da trajetória da aprendizagem, oferecendo subsídios para encaminhamentos, sugestões e possibilidades de intervenção para os professores, a equipe pedagógica e em alguns casos, para a família e equipe clínica que atende ao estudante.

Na Escola Especializada, além do registro formal organizado semestralmente por meio de relatórios descritivos, em formulário próprio¹⁵, sugere-se também o **registro periódico** e regular dos avanços e dificuldades dos estudantes.

O **registro periódico** é uma estratégia valiosa no processo de avaliação, pois possibilita ao professor analisar e perceber a evolução dos estudantes ao longo do percurso e subsidia a reorganização do planejamento das intervenções pedagógicas, caso necessário.

Esta estratégia facilita também a elaboração de um relatório semestral mais completo e preciso, uma vez que os aspectos significativos foram registrados durante o período letivo.

Assim, é de suma importância que o professor organize formas de registros de acordo com sua didática e particularidades dos estudantes de sua turma, que podem ser diários, semanais, mensais. Para esta ação o professor poderá usar diferentes instrumentos como: observações e anotações (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de bordo); portfólio; esquemas, dentre outros.

Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem - Semestral

O Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem - Semestral é um documento oficial transcrito em formulário próprio, portanto de caráter obrigatório em todas as escolas e tem como finalidade registrar semestralmente a vida escolar do estudante.

Uma cópia deste documento deve ser arquivada na pasta individual do estudante na secretaria da escola. Nos casos de transferência do estudante para outras escolas, uma cópia do último Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem Semestral deverá acompanhar o Histórico Escolar.

Para elaboração do Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem - Semestral é importante o professor considerar o caráter oficial do documento e assim:

¹⁵ O formulário oficial para registro da avaliação qualitativa é denominado de 'Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem - Semestral'.

- usar linguagem clara e adequada, com coerência de ideias;
- observar a ortografia, concordância e formatação;
- evitar palavras no diminutivo;
- evitar contradições, expressões pejorativas, julgamentos ou ambiguidades;
- evitar comparações entre os pares (cada estudante é único);
- relatórios iguais, pressupõe cópias;
- relatar primeiros as potencialidades e depois as dificuldades dos estudantes.

No anexo 1, apresenta-se os formulários dos Relatórios da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem – Semestral.

5.9 Livros de Registro de Classe - LRC

A Instrução Nº 22/2017–SUED/SEED orienta e estabelece as normas e prazos para o preenchimento do Livro de Registro de Classe (LRC) no sistema Estadual de Ensino, por meio de instruções normativas.

O Livro de Registro de Classe é um instrumento de escrituração escolar elaborado com a finalidade de documentar, pode ser solicitado a qualquer tempo por promotorias e instâncias judiciais. É um documento legal que representa o trabalho efetivado em sala de aula, a produção pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem por meio de dados e registros. Desta forma, documentam a frequência, conteúdos e aproveitamento escolar.

Os registros efetuados pelas instituições de ensino devem ser padronizados de forma que constituam a perfeita escrituração da vida escolar do estudante e garantam a qualquer tempo a integridade e a veracidade das informações, dentro dos prazos estipulados pela legislação vigente.

O Livro de Registro de Classe é um documento oficial da escola, não do professor. Deve permanecer em local adequado e seguro, sob a responsabilidade da secretaria escolar e da equipe de direção, para garantir a consulta, quando necessária, referente ao processo ensino-aprendizagem, bem como à comprovação de atividades escolares realizadas e frequência do estudante. Deve permanecer

disponível, organizado por turma e por turno, não sendo permitido seu encadernamento ou agrupamento pelo professor.

Os dados de identificação na capa do Livro de Registro de Classe devem ser devidamente preenchidos, e na contracapa deve ser afixado o espelho com a relação nominal de estudantes por turma, que deverá ser extraída do Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE e do Sistema Estadual de Jovens e Adultos – SEJA.

Para cada turma registrada nestes sistemas deverão ter um Livro de Registro de Classe (nos casos de junção de turmas, um Livro de Registro de Classe para cada turma).

Em todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Fase I), cada turma deverá ter 3 (três) Livros de Registro de Classe, sendo:

- Um livro para o Regente, um para Educação Física e um para Arte.
- Na Educação Infantil, no atendimento por **cronograma**, o registro deverá ser de acordo com os dias de atendimento estabelecidos.

Obs.: O Regente 1 e 2 farão os registros no mesmo Livro de Registro de Classe.

5.9.1 Quanto às responsabilidades

a. Atribuições do Diretor

- Fazer cumprir as determinações contidas nas instruções específicas emitidas pela SUED/SEED;
- Cientificar o corpo docente sobre a importância do registro com fidedignidade e atenção.

b. Atribuições da Equipe Pedagógica

- Orientar e acompanhar os registros efetuados no Livro de Registro de Classe;
- Orientar e assegurar o suporte teórico prático e legal aos professores quanto às formas de registros;

- Verificar e rubricar periodicamente o Livro de Registro de Classe, convalidando o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor.

c. Atribuições da Secretária (o)

- Preencher as capas e encapar com plástico transparente o Livro de Registro de Classe.
- Colar a lista de estudantes (espelho), cuidando para que haja coincidência nas linhas.
- Acrescentar na lista de estudantes as novas matrículas.
- Informar ao professor e equipe pedagógica a movimentação de estudantes para o devido registro: Transferido, Desistente e Remanejado.
- Recolher o registro do percentual de frequências e efetuar o lançamento no Sistema.
- Guardar os Livros de Registro de Classe, em segurança.

d. Atribuições do Professor

- Conhecer a Instrução contida no Livro de Registro de Classe.
- Preencher diariamente o Livro de Registro de Classe com letra legível, sem erros, rasuras e colagens.
- Utilizar caneta preta ou azul.
- Deixar na secretaria da escola o Livro de Registro de Classe, após a utilização diária.
- Registrar o trabalho realizado em sala de aula de forma fidedigna.

5.9.2 Quanto ao Preenchimento do Livro de Registro de Classe

Quadro IX

	ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO REGISTRO DE FREQUÊNCIA
---	---

Nº	MÊS Fevereiro																			
	15	16	19	20	21	22	23													
1			C	C	C	C	C													
2			C	C	C	C	C													
3			C	F	F	F	F													
4			C	C	C	C	C													
5			C	C	C	C	C													
6			C	C	C	C	C													
7			C	C	C	C	C													
8			C	C	C	C	C													

OBSERVAÇÕES

- Estudante Gabriel Gonçalves (**Nome Fictício**) (nº 3) afastamento nos dia 20 à 23/02 – motivo: doença infecto contagiosa CID 10 B06.

- nº 4 - Maria Cristina Almeida – Transferida a partir do dia 24/02/2018.

ASS. PROFESSOR(A)

MusaJ

ASS. EQUIPE PEDAGÓGICA

MusaJ

PREENCHIMENTO E ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO LRC

01	É vetado o uso de lápis, adesivos e canetas coloridas no LRC, tendo em vista o caráter oficial dos registros;
02	No caso de rasuras nos LRC, com colagem ou manchas, a Equipe Pedagógica deverá solicitar ao professor (a) o preenchimento de um novo LRC.
03	A frequência deve ser registrada manualmente e diariamente nas quadrículas utilizando, “C” para comparecimento e “F” para faltas;
04	O Livro de Registro de Classe é dividido em duas partes, portanto os registros devem acontecer separadamente 1º Semestre e 2º semestre conforme Calendário Escolar, aprovado e homologado pelo NRE.
05	As faltas amparadas devem ser comunicadas pela (o) Secretária (o) Escolar aos professores que deverão registrar no campo “Observações” o nome do estudante faltante, o motivo da falta, o início e o término do período e o amparo legal para as mesmas, conforme o exemplos no Quadro IX.

5.9.3 Quanto ao Registro de Conteúdos e Atividades Avaliativas

Quadro X

CONTEÚDO		
Data		Rubrica Prof.
15/02	Semana Pedagógica	Ja
16/02	Semana Pedagógica	Ja
19/02	Interação com a turma – Apresentação das dependências da escola	Ja
20/02	Atividades para observação das habilidades	Ja
21/02	Oralidade – Literatura comentada – trabalho utilizando a sacola animada.	Ja
22/02	Leitura – do quadro silábico – Silabas com “A”	Ja
23/02	Reconhecimento do nome e sobrenome.	Ja
Ass. Professor (a) Ja		Ass. Equipe Pedagógica Misa

PREENCHIMENTO DOS REGISTROS - CONTEÚDOS E ATIVIDADES AVALIATIVAS	
01	Os conteúdos Curriculares e as atividades avaliativas realizadas de acordo com o Plano de Trabalho Docente deverão ser registrados e rubricados pelo professor de forma sucinta, no campo ‘Conteúdo’.
02	As atividades avaliativas devem ser descritas especificando os objetivos que foram avaliados.
03	A Equipe Pedagógica deve acompanhar os registros efetuados pelo professor e ao final do semestre, assinar no campo disposto na parte inferior do Livro de Registro de Classe.

5.9.5 Quanto ao fechamento do LRC

Quadro XII

Ano Letivo: 2018					Ano Letivo: 2018				
Semestre: 1º					Semestre: 2º				
Curso: Ensino Fundamental					Curso: Ensino Fundamental				
Disciplina: Regência					Disciplina: Regência				
Turno: Manhã					Turno: Manhã				
Turma: 1ª Etapa- 1º Ciclo A					Turma: 1ª Etapa – 1º Ciclo				
Dias Letivos: 96					Dias Letivos: 104				
Nº	Faltas	% avaliativo			Nº	Faltas	% avaliativo		
1	0	R (100)	RP ()	NR ()	1	0	R (100)	RP ()	NR ()
2	0	R ()	RP (67)	NR (33)	2	0	R (33)	RP (67)	NR ()
3	4	R (33)	RP (67)	NR ()	3	0	R (100)	RP ()	NR ()
4	0	R (100)	RP ()	NR ()	4	0	R (100)	RP ()	NR ()
5	0	R ()	RP (67)	NR (33)	5	0	R (67)	RP ()	NR (33)
6	0	R ()	RP (33)	NR (67)	6	0	R (33)	RP (67)	NR ()
7	0	R (100)	RP ()	NR ()	7	0	R (100)	RP ()	NR ()
8	0	R (100)	RP ()	NR ()	8	0	R (100)	RP ()	NR ()

RESULTADO FINAL

Ano Letivo: 2018	Ano Letivo:
Curso: Ensino Fundamental	Curso:
Disciplina Regência	Disciplina

Nº	Total geral de faltas	% de faltas/ ANO	Resultado do % avaliativo			Encaminhamento
1	0	0	R (100)	RP ()	NR ()	/
2	0	0	R (16,5)	RP (67)	NR (16,5)	
3	4	2%	R (100)	RP ()	NR ()	
4	0	0	R (100)	RP ()	NR ()	
5	0	0	R (33,5)	RP (33,5)	NR (33)	
6	0	0	R (16,5)	RP (50)	NR (33,5)	
7	0	0	R (100)	RP ()	NR ()	
8	0	0	R (100)	RP ()	NR ()	

FECHAMENTO DO LRC	
01	Ao final de cada semestre o professor deverá fazer o fechamento do período, registrando o percentual avaliativo e percentual de faltas.
02	Registrar separadamente 1º e 2º semestre.
03	No Resultado Final – fazer a média, somando o percentual do 1º e 2º semestre dividir por 2.
04	Para fechar o percentual de faltas, aplicar a regra de calculo apresentada no item 5.7.8.
05	Os espaços em branco deverão ser fechados com traços.
06	Rubricar todos os campos (Professor e Equipe Pedagógica).

5.9.6 Regra para cálculo do percentual avaliativo:

No encerramento do ano letivo o professor deve calcular o percentual avaliativo e o fechamento do percentual de faltas seguindo as regras conforme abaixo:

Exemplo de cálculo – Avaliações.
O professor avaliou 10 (dez) objetivos no semestre: o estudante **Realizou** 7(sete) atividades e **Realizou Parcialmente** 3 (três):

Utiliza-se a regra de 3:

10 (objetivos) _____ 100% (avaliação)
7 (Realizou) _____ X %

$$7 \times 100 = 10 X\%$$

$$X = 700 / 10 = 70\% (R)$$

O cálculo indica que o estudante REALIZOU 70% das avaliações.

3 (objetivos) _____ 100% (avaliação)
2 (Realizou Parcialmente) _____ X %

$$3 \times 100 = 10 X\%$$

$$X = 300 / 10 = 30\% (RP)$$

O cálculo indica que o estudante REALIZOU PARCIALMENTE 30% das avaliações propostas.

5.9.7 Tabelas Facilitadoras

Com intuito de facilitar a tarefa do professor para realizar os cálculos do percentual avaliativo, sugerimos a utilização das tabelas, onde são apresentados os resultados conforme a quantidade de objetivos avaliados.

Como utilizar a tabela?

Exemplo: Um professor avaliou 10 (dez) objetivos no semestre: (recorrerá à tabela que indica 10 (dez) Objetivos)

Dos 10 (dez) objetivos o estudante:

Realizou – 7 atividades

Realizou Parcialmente – 2 atividades

Não Realizou – 1 atividade

O estudante Não Realizou 1 atividade, logo Não Realizou 10% das atividades propostas.

O estudante Realizou Parcialmente 2 atividades, logo Realizou Parcialmente 20% das atividades propostas.

O estudante realizou com sucesso 7 Atividades, logo Realizou 70 % do que foi proposto

10 objetivos			
Objetivos	R	RP	NR
NR 1	10	10	10
RP 2	20	20	20
3	30	30	30
4	40	40	40
5	50	50	50
6	60	60	60
R 7	70	70	70
8	80	80	80
9	90	90	90
10	100	100	100

Verificar quantos objetivos foram avaliados no semestre. Por exemplo: caso o professor tenha avaliado 10 objetivos, este recorre à tabela nomeada 10 objetivos.

5.9.8 Regra para cálculo do percentual de faltas:

Exemplo: Estudante Gabriel Gonçalves (Nome **Fictício**) (nº 3) afastamento nos dias 20 à 23/02 – motivo: doença infecto contagiosa CID 10 B06 (conforme registro no campo Observações).

Aplica-se a regra de cálculo:

$$(200-4) \times 100/200 = 98\% \text{ de frequência}$$

200 dias letivos menos 4 faltas, vezes 100%, dividido por 200 dias letivos, igual à 98% de presença e 2% de faltas.

01	Faz-se a contagem dos dias letivos. (conforme a normativa o calendário escolar deve fechar com 200 dias letivos).
02	Computar as faltas do aluno durante o período.
03	Aplicar a regra de cálculo, que resulta no percentual de presenças a diferença para 100% é o percentual de faltas.

Tabelas para facilitar cálculos do percentual avaliativo de 3 objetivos até 10.

3 Objetivos			
Objetivos	R	RP	NR
1	33	33	33
2	67	67	67

4 Objetivos			
Objetivos	R	RP	NR
1	25	25	25
2	50	50	50

3	100	100	100
---	-----	-----	-----

3	75	75	75
4	100	100	100

5 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	20	20	20
2	40	40	40
3	60	60	60
4	80	80	80
5	80	80	80

6 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	17	17	17
2	33	33	33
3	50	50	50
4	67	67	67
5	83	83	83
6	100	100	100

7 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	14	14	14
2	29	29	29
3	43	43	43
4	57	57	57
5	71	71	71
6	86	86	86
7	100	100	100

8 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	13	13	13
2	25	25	25
3	38	38	38
4	50	50	50
5	63	63	63
6	75	75	75
7	88	88	88
8	100	100	100

9 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	11	11	11
2	22	22	22
3	33	33	33
4	44	44	44
5	56	56	56
6	67	67	67
7	78	78	78
8	89	89	89
9	100	100	100

10 Objetivos

Objetivos	R	RP	NR
1	10	10	10
2	20	20	20
3	30	30	30
4	40	40	40
5	50	50	50
6	60	60	60
7	70	70	70
8	80	80	80
9	90	90	90
10	100	100	100

5.10 Calendário Escolar

O Calendário Escolar é um documento fundamentado na LDBEN nº 9394/96, nos Artigo 12 e 24, Incisos I e II.

É de responsabilidade das instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino garantir, para todos os seus estudantes, em todos os turnos de funcionamento, o cumprimento do Calendário Escolar.

Consequentemente, é obrigatório às instituições de ensino contemplar no Calendário Escolar, no mínimo de 800 (oitocentas) horas distribuídas em um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, sendo admitida sua organização conforme as peculiaridades locais.

Para entrar em vigor, a proposta de Calendário Escolar das instituições de ensino das redes pública estadual e municipal, instituições parceiras e das mantidas pela iniciativa privada, deverá ser aprovada e homologada pelo Núcleo Regional de Educação ao qual a instituição de ensino esteja jurisdicionada. Somente poderá sofrer alterações em casos excepcionais, mediante apresentação de nova proposta, em tempo hábil, através de ofício acompanhado de justificativa, onde constem as datas a serem alteradas e as previstas para o cumprimento da exigência legal. A nova proposta somente poderá ser implementada pela instituição requerente após a aprovação do respectivo Núcleo Regional de Educação.

Quando necessário, a reposição de aulas deverá ser presencial, isto é, contar com a presença física dos estudantes das turmas e do (s) respectivo (s) docente (s).

A Deliberação nº 002/2002 – CEE/PR, em seus Art. 2º e 3º, dispõe para o Sistema Estadual de Ensino:

Art. 2º – São consideradas como efetivo trabalho escolar as reuniões pedagógicas, organizadas, estruturadas a partir da proposta pedagógica do estabelecimento e inseridas no seu planejamento anual.

Art. 3º – Pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo.

Parágrafo único O estabelecimento deverá organizar o ano letivo de modo que os alunos tenham garantidas as oitocentas (800) horas de efetivo trabalho escolar previstas em lei.

Para o cálculo do total das horas a serem trabalhadas com os estudantes, somente poderão ser consideradas as atividades de cunho pedagógico, constantes no Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino e que, por sua natureza, exijam a frequência dos estudantes sob efetiva orientação e avaliação dos respectivos docentes. Tais atividades poderão ser realizadas na sala de aula e/ou outros locais pedagogicamente adequados ao processo ensino-aprendizagem.

Portanto, as atividades e encaminhamentos realizados pelos estudantes sem a presença de profissional habilitado não poderão ser consideradas para o cômputo dos dias letivos, nem da carga horária.

As instituições de ensino da rede pública estadual e as instituições parceiras deverão pré-estabelecer nos seus Calendários Escolares:

a) o feriado municipal: obedecendo às leis ou decretos municipais;

No município em que for instituído mais de um feriado, estes deverão ser contemplados, porém, com a garantia da oferta dos dias e horas legais;

b) dias para Conselhos de Classe (não considerados como dias letivos);

c) as datas, no mínimo uma por semestre, em que serão realizados os Exercícios do Plano de Abandono, na instituição de ensino (Instrução nº 024/2012 - SEED/SUED).

Obs.: A Secretaria de Estado da Educação e os Núcleos Regionais de Educação definirão as datas em cada semestre, para a realização da Semana Pedagógica com os professores que atuam nessas unidades.

5.11 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado formado pela equipe diretiva, equipe pedagógica, professores, equipe técnica (quando possível), para discussão coletiva sobre o processo ensino aprendizagem. Este torna-se produtor quando organizado a partir de três etapas: Pré-Conselho, Conselho de Classe e Pós-Conselho.

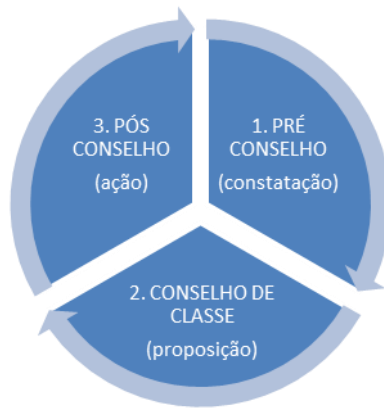


Figura elaborada pelo setor pedagógico da Feapaes¹⁶

5.11.1 Pré-Conselho (Constatação)

É um espaço de diagnóstico, com levantamento de dados do processo de ensino que permite diagnosticar e analisar tanto os aspectos positivos, quanto identificar problemas e suas possíveis causas, realizando proposições acerca do processo ensino-aprendizagem.

Neste momento, a equipe pedagógica faz um levantamento das informações mais relevantes e emergentes quanto ao processo de ensino e de aprendizagem para serem tratados na reunião de Conselho de Classe. São informações para contemplar a análise do trabalho pedagógico desenvolvido durante o semestre, considerando aspectos como: dificuldades e avanços da turma e de cada estudante com relação aos conteúdos, mudanças necessárias quanto às metodologias e recursos didáticos, critérios de avaliação e instrumentos diferenciados e/ou outros encaminhamentos pedagógicos que se fizerem necessários tanto no âmbito coletivo, quanto individual.

O Pré-Conselho deverá ser registrado em fichas individuais, ou à critério da escola.

¹⁶ Federação Estadual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Paraná.

Sugestão de fichas para o registro do Pré-Conselho

ESCOLA.....	
Estudante: _____	
Data de Nascimento: ____/____/____	<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 60px; margin: 0 auto; display: flex; align-items: center; justify-content: center;">foto</div>
Pai: _____	Mãe _____
Nº Telefone: _____	
Medicamentos: _____	
Especificações	
Clínica: _____	
Pedagógicas:	

5.11.2 Conselho de Classe/ Conselho de Avaliação (Proposição)

O colegiado¹⁷ possui uma natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos fundamentados no Projeto Político-Pedagógico da Instituição de Ensino e no Regimento Escolar, posicionando-se frente ao diagnóstico levantado no Pré-Conselho e discutindo os dados, avanços, problemas e proposições referentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Realizado semestralmente nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a organização do Conselho de Classe compreende também uma oportunidade para que todos os envolvidos no processo escolar possam repensar o trabalho pedagógico.

Esta análise coletiva é subsídio para a tomada de decisões, com vistas à superação de dificuldades, por meio de encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e que levem em conta a efetivação do currículo e as necessidades dos estudantes.

Nesta reunião é obrigatória a participação da secretária (o) escolar, que fica responsável por registrar e lavrar a Ata.

Na Educação de Jovens e Adultos – Fase I, se dá o **Conselho de Avaliação** o qual tal como no **Conselho de Classe** é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação dirigida a cada estudante da Instituição de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo de ensino e aprendizagem. A exemplo do Conselho de Classe é formado por direção, equipe pedagógica, professores, secretária (o) equipe técnica (quando possível), que de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educacionais eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades constatadas no Pré-Conselho.

O **Conselho de Classe** e o **Conselho de Avaliação** devem ser registrados em livro Ata. Quando se opta por registrar em formulário próprio de forma descritiva, este deverá ser colado em um livro Ata e assinado por todos os participantes.

¹⁷ Colegiado: entende-se por colegiado também o estudante, nas instituições em que é possível esta participação; principalmente naquelas em que há representantes de autodefensores.

Sugestão de ficha de registro do Conselho de Classe ou Conselho de Avaliação.

ESCOLA _____

DATA	ATA DE CONSELHO DE CLASSE Nº	HORÁRIO
PARTICIPANTES:		
IDENTIFICAÇÃO DA TURMA:		
PARECER DA TURMA:		
PARECER INDIVIDUAL		
01	Nome do Estudante	
Descrever o desenvolvimento pedagógico do estudante (avanços e dificuldades) e ou situações necessárias a serem definidas no Conselho de Classe.		
02	Nome do Estudante	
03	Nome do Estudante	
04	Nome do Estudante	
DECISÕES:		
ASSINATURA DOS PARTICIPANTES:		

5.11.3 Pós-Conselho (ação):

O Pós-Conselho refere-se à implementação das decisões tomadas no Conselho de Classe/ Conselho de Avaliação.

- Cabe à equipe pedagógica orientar a devolutiva aos pais ou responsáveis e subsidiar outras ações com relação aos planejamentos dos docentes;
- As ações pertinentes aos docentes implicam na gestão das práticas pedagógicas, além da retomada do Plano de Trabalho Docente - PTD em relação aos conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação na gestão da sala de aula e os encaminhamentos para situações mais específicas e individuais;
- A Equipe Diretiva é o suporte para as decisões tomadas pelo colegiado.

OBS: As orientações quanto as ações a serem implementadas pelo docente, poderão ser repassadas pela equipe pedagógica na hora atividades dos professores.

5.12 Plano de Atendimento Individualizado - PAI¹⁸

O Plano de Atendimento Individualizado - PAI é a descrição das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas com cada estudante, ou seja, é a ação pedagógica do professor detalhadamente planejada para atender às necessidades de cada estudante, organizando estratégias pedagógicas para dirimir as barreiras impostas pela condição da deficiência ou transtornos.

¹⁸ A nomenclatura Plano de Atendimento Individualizado – PAI equivale a Planejamento Educacional Individualizado, que consta no ‘Documento Norteador Educação e Ação Pedagógica’, p. 68 da Federação Nacional das APAEs.

Desta forma, o Plano de Atendimento Individualizado - PAI é um documento de suma importância, pois norteia a mediação pedagógica do professor à medida que descreve os avanços educacionais, bem como as habilidades adaptativas alcançadas pelos estudantes de sua turma, ao mesmo tempo em que orienta o trabalho pedagógico que ainda deve ser realizado para atingir os objetivos propostos. Assim, este é um documento importante para que a escola e a família acompanhem a trajetória escolar percorrida pelo estudante.

A elaboração deste Plano envolve os professores e equipe pedagógica, consistindo em pelo menos quatro etapas:

- Conhecer as habilidades (o que sabe) e dificuldades (o que precisa aprender) do estudante.
- Planejar objetivos (metas). O professor deve estabelecer objetivos a curto e médio prazo de acordo com as particularidades do estudante e a Proposta Pedagógica Curricular da escola.
- Planejar a ação pedagógica com atividades adaptadas para atendimento ao estudante.
- Avaliar. O professor deve registrar todos os avanços e dificuldades do estudante para balizar o replanejamento do Plano de Atendimento Individualizado – PAI.

Os profissionais da escola (equipe pedagógica e professores) devem elaborar um ‘modelo’ de Plano de Atendimento Individualizado - PAI, que melhor expresse a ação pedagógica da escola, que pode ser em formulários, em fichas, em cadernos, mapa semanal de atividades (sugestão no anexo 2) ou outros modelos, desde que, o planejamento e o registro deste documento seja fidedigno às necessidades educacionais do estudante e ao trabalho realizado em sala de aula.

A temporalidade deste documento também deve atender às necessidades do estudante, podendo ser semanal, quinzenal, mensal ou bimestral e resignificado a qualquer momento.

5.13 Ficha de atendimento, orientação e encaminhamento pedagógico

No ambiente escolar ocorrem, diariamente, inúmeras situações que interferem na rotina planejada, como por exemplo, faltas (estudantes e profissionais), *bullying*, dificuldade de acompanhamento clínico e medicamentoso dos estudantes, problemas de relacionamento entre a escola, pais e professores, além de tantas outras ocorrências que necessitam de intervenções ou ações na busca de alternativas para minimizar os problemas constatados.

Diante deste contexto o pedagogo, entre outras funções, deve orientar e acompanhar a resolução dos problemas que interferem na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, na ação pedagógica dos professores, no diálogo com a família e comunidade, bem como na organização administrativa e pedagógica da escola.

Recomenda-se ao pedagogo o registro de todos os atendimentos, orientações e encaminhamentos necessários, para não perder ou esquecer dados importantes o que refletirá em organização e credibilidade da comunidade escolar.

Para o registro, segue sugestão de 'Ficha de atendimento, orientação e encaminhamento pedagógico' (anexo 3).

5.14 Recreio Interativo

O recreio é um momento no tempo escolar para geração de conhecimento e desenvolvimento.

Na legislação, o recreio e os intervalos de aula são horas de efetivo trabalho escolar, conforme conceituou o CNE, no Parecer CEB nº 05/97:

"As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva

orientação por professores habilitados. Os 200 dias letivos e as 800 horas anuais englobarão todo esse conjunto."

O Recreio Interativo deve ser monitorado por professores contratados especificamente para exercer esta função. Deverão ser organizados para o bem-estar dos estudantes, neste tempo e espaço, com atividades diversificadas e materiais diferenciados.

Para a implantação do Recreio Interativo há necessidade de pensar em medidas para beneficiar os estudantes, preservando os seus direitos e integridade

Nas Escolas Especializadas as mantenedoras devem observar alguns pontos:

- O Recreio Interativo deverá ser regimentado e o plano de atividades deverá constar no Projeto Político-Pedagógico da Instituição de Ensino.
- No Recreio Interativo, os estudantes deverão ser observados por professores habilitados, especialistas em Educação Especial.
- Deverá designar um professor para atuar no recreio interativo, o qual **não** esteja exercendo a função de regente de classe, ou docência nas disciplinas de Arte e Educação Física. Este profissional será de responsabilidade da mantenedora da escola.
- O professor designado para dirigir o recreio interativo deverá realizar semestralmente um Plano de Trabalho Docente.
- Ao final do semestre o professor deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas, descrevendo do desempenho dos estudantes
- A Equipe gestora em conjunto com o professor designado para atuar no Recreio Interativo deverá elaborar um plano de atividades pedagógicas dirigidas, compatíveis com o nível de desenvolvimento e idade cronológica dos estudantes.
- As atividades pedagógicas dirigidas desenvolvidas no Recreio Interativo não são obrigatórias para o estudante, porém este deverá ser observado em suas atitudes e comportamentos.
- O desenvolvimento e envolvimento do estudante nas atividades, bem como seu comportamento no Recreio Interativo, deverão ser discutidos em Conselho de Classe, em consequência às decisões pedagógicas desse colegiado, trabalhadas no contexto da sala de aula;

- A frequência do estudante no Recreio Interativo está condicionada ao controle de frequência no turno escolar, portanto **NÃO** existe a necessidade de um Livro de Registro de Classe para este fim;
- **Não** serão disponibilizados, pela parceria com a SEED, professores para atuarem no Recreio Interativo.

5.15 Orientação para administração de medicamentos e troca de sonda no espaço escolar

a) Administração de medicamentos

Na escola especializada com frequência muitos estudantes necessitam de medicamentos de uso contínuo e controlados, às vezes, a depender de horários e dosagem devem ser administrados no espaço escolar.

Considerando a Resolução 162/2005 – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no título “Procedimentos Gerais e de Saúde”, item 22:

Poderão ser administrados medicamentos de uso contínuo na escola, desde que autorizados e entregues pelos pais ou responsáveis e identificados com o nome da criança e posologia. Deverão ser mantidos fora do alcance das crianças.

No entanto, é preciso ficar claro que a medicação na escola deve ser uma exceção e seguir uma série de critérios e cuidados são importantes para garantir a segurança do estudante e respaldo à escola:

- A escola deverá orientar à família para adequar o horário das medicações para que não sejam administradas no horário escolar, caso isso não seja possível, definir os horários para administração dos medicamentos para que o menor número de doses possíveis ocorra no espaço escolar.
- Os pais/responsáveis deverão assinar o ‘Termo de Responsabilidade’, onde constam informações sobre o medicamento, dose e horário. (anexo 4).
- A Escola deverá solicitar uma cópia da receita médica com o nome do estudante, do medicamento, do médico com seu respectivo CRM (número do Registro no Conselho de Medicina), dose e horários de administração, que deverá ficar arquivada na pasta individual do estudante, na secretaria da escola.

- A família deverá entregar o medicamento 'em mãos' para a equipe pedagógica da escola, na embalagem original, devidamente identificado com o nome do estudante, dose e horário de administração.
- A escola deverá orientar à família para não enviar o medicamento na mochila do estudante, isso facilita o acesso ao medicamento e poderá promover a ingestão acidental.
- O medicamento deverá ser armazenado em local seguro (fora do alcance de crianças), se possível em caixa de acrílico transparente ou caixas organizadoras, tampadas e protegidas da luz. Em hipótese alguma, deixar os medicamentos em locais como mesas do professor, pias, banheiros ou próximos de materiais de limpeza.
- A escola deverá eleger entre seus profissionais, aquele que ficará responsável pela administração de medicamentos. Este profissional deverá fazê-la apenas se compreender claramente a prescrição médica e conferir a dose, horário, nome do estudante e nome do medicamento. Sugere-se, para maior segurança que a administração do medicamento seja realizada por uma dupla de profissionais para checagem de todos os dados.
- Sempre que houver sobras de medicamentos, devolvê-las à família.
- Medicamentos que necessitam de preparo antes da administração (diluição em água, por exemplo), deverão preferencialmente ser preparados pelos pais antes de entregar à escola.
- Não é recomendada a administração de chás ou preparado de plantas aos estudantes.
- Medicamentos injetáveis como insulina, por exemplo, poderão ser administrados na escola, desde que esteja presente a prescrição médica e o profissional responsável tenha recebido as orientações da família. Neste caso, a escola poderá solicitar orientação e/ou auxílio de um enfermeiro da unidade de saúde mais próxima. A mesma recomendação para os medicamentos inalatórios como bombinhas para a asma.
- Estudantes que apresentam efeitos colaterais decorrentes do uso de medicamentos, como febre, diarreia, vômitos entre outros sintomas, não poderão permanecer na escola. Os pais deverão ser comunicados para que possam tomar as medidas necessárias.

- Quando houver necessidade de troca de medicamentos, ajustes da dosagem prescritos pelo médico, o estudante poderá faltar às aulas, para readaptação, se necessário.
- Todas as reuniões realizadas com a família, unidade de saúde e outros envolvidos deverão ser registradas em Ata, devidamente assinadas pelos participantes.

b) Troca de sonda

A troca de qualquer tipo de sonda é um procedimento complexo, pois envolve risco de infecção para o estudante que faz uso deste tipo de equipamento. Assim, a Lei Federal 7.498/86 regulamentada pelo Decreto 94.406/87 dispõe sobre o exercício profissional da Enfermagem, em seu artigo 11, inciso I, alínea “m”, em que define como ação privativa do Enfermeiro os cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimento de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.

Assim:

- O profissional da escola não deve realizar procedimentos de troca ou limpeza de sonda.
- O manuseio da sonda deverá ser realizado pela família do estudante, ou profissional da unidade de saúde mais próxima.

5. 16 Hora - Atividade

A hora-atividade constitui-se no tempo reservado aos professores em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formações continuadas e em outras atividades de caráter pedagógico.

De acordo com a legislação vigente todos os professores terão direito a hora- atividade compatível com sua carga horária, e estas deverão ser cumpridas em seu local e turno de trabalho.

Na escola especializada as horas-atividades deverão ser registradas em formulário próprio com detalhamento das ações efetuadas.

O registro se dará em formulário individual, que ao final do ano letivo deverá ser organizado e devidamente encadernado para posterior arquivamento junto às folhas pontos.

É de responsabilidade do coordenador pedagógico o acompanhamento dos registros.

Um modelo de ficha para o registro da hora-atividade e orientações de preenchimento, encontra-se no anexo 5.

Orientações para preenchimento da Ficha de registro da hora-atividade (anexo 5):

1. Montar o formulário de acordo com o modelo, colocando os dados da escola no cabeçalho.
2. O formulário poderá ser impresso frente e verso.
3. Preencher os dados referentes ao professor e as turmas que o mesmo atende.
4. O campo data, refere-se a data de realização da hora-atividade.
5. No campo 'H.A.', será registrada a quantidade de horas atividades realizadas naquele dia.
6. Nos demais campos o professor deverá assinalar os trabalhos realizados, ficando assim registrado suas ações.
7. Quando o professor assinalar o campo de orientação pedagógica, esta deverá ser registrada pela Equipe pedagógica, conforme sua organização de protocolo de orientações (Livro, Caderno ou Fichas de protocolo).
8. No campo outros, poderão ser registradas atividades diferenciadas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. Washington, DC: AAIDD, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639/03**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645/08**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 20/2009 de 11 de novembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica - CEB. dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CEB nº 05/97, de 07/05/1997**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb005_97.pdf. Acesso em abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 03/2010, de 15 de junho de 2010. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília, 2010.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: SEEAP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 18 Set. 2018.

BRASIL . Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BRASIL . Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão** – Brasília: 2004

CERQUEIRA, Maria T. A. – in Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007 / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. – Curitiba: SEED – Pr., 2011. – (Cadernos PDE) ISBN: 978-85-8015-037-7 1. Formação continuada-Paraná. 2. Professor-Paraná. 3. Educação-Paraná. 4. Programa de governo. 5. Formação de docentes. 6. Escola pública-Paraná. 7. Educação básica-Paraná. I. Silva, Márcia Maria da, org. II. Bach, Maria Regina, org. III. Rodakiewski, Paula, org. IV. Programa de Desenvolvimento Educacional. V. Paraná. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. VI. Título. VII Série.

FALVEY, M. A. **Community**: Based Curriculum Instructional Strategies for students whit Severe Handicaps. Baltimore: Paulo Brooks, 1982.

FERREIRO, Emília. **Cultura, escrita e educação**: Conversas de Emília Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GODOY, R. P.; KOBAL, M.C.; MAGALHÃES, J.S.; FURLONI, V.M.C. **A Educação Física nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Jaguariúna/SP**. In: Simpósio Regional de Educação Física da FaEFi – PUC Campinas: Educação Física Escolar, Exercício e Saúde e Esporte de Aventura. Campinas, junho, 2007.

LEBLANC, J. M. **El Curriculum Funcional em la educación de la persona com retardo mental**. Trabalho apresentado na ASPANDEM, Mallagra. España, 1992. Tradução: ALMEIDA, M. A.; BOUERI, I.Z.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento Psicomotor**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor**: do nascimento aos 6 anos. Tradução de A. G. Brizolara. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LE BOULCH, Jean. **Educação psicomotora**: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259 p.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2r_Fxrdf6c>. Acesso em 15 mai. 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar:** eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

MATTOS, M. G; NEIRA, M.G. **Educação Física Infantil:** Construindo o movimento na Escola. 4ª ed. Guarulhos,SP: Phorte, 2003.

MORTATTI, M.R.L. **HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.** Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", 2006. Disponível em: <<http://www.unijpa.edu.br/arquivos/historia-dos-metodos-dealfabetizacao.pdf>> Acesso em: 15 set. 2018.

NAKAJIM Patrícia. **A Importância da arte para a alfabetização e para o professor alfabetizador.** Diálogos Educacionais em Revista, vol. 4, nº1, 2013. Disponível em: <<http://dialogoseducacionais.semed.capital.ms.gov.br/index.php/dialogos/article/view/75>>. Acesso em 10 abr. 2018.

OLIVEIRA, Ana Maria Pereira de; Sopelsa, Ortenila. **A Alfabetização nos Anos Iniciais Mediada pelo Ensino da Arte.** UNOESC. Eixo Temático: Processos do ensino e da aprendizagem. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1256>> Acesso em 18 abr. 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 002/2002 – CEE/PR.** Disponível em: <[http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/4f92cce4f4a2531003256c1d0049bba4/\\$FILE/_h8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30cg_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/bb7cccb67074826503256f4800653a4b/4f92cce4f4a2531003256c1d0049bba4/$FILE/_h8himoqb2clp631u6dsg30chd68o30cg_.pdf)> Acesso em 06 abr. 2018.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Arte.** SEED/DEB. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_arte.pdf> Acesso em 15 mai. 2018.

PARANÁ. **Diretrizes orientadoras para os anos iniciais.** SEED/DEB. Disponível em: <<http://ensinoreligiosonreapucarana.pbworks.com/f/DIRETRIZ+ENSINO+FUD.+9+A+NOS.pdf>> Acesso em:16 mai. 2018.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná:** princípios, direitos e orientações. 2018. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_paraná_preliminar.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Estudos para discussão sobre concepção de currículo e organização da prática pedagógica.** Curitiba: SEED, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/proibido.php?origem=/portals/frm_chama_email_expresso.php>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução N° 22/2017–SUED/SEED.** Disponível em:<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao0222017sued.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução nº 024/2012 - SEED/SUED.** Disponível em:<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202012%20sued%20seed/instrucao242012brigada.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edf.pdf>. Acesso em 15 mai. 2018.

PARANÁ. **PARECER CEE/CEIF/CEMEP 07/14** de 07 mai. 2014. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2014/Bicameral/pa_bicameral_07_14.pdf>. Acesso em 15 jun. 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CEE/CP N° 10/17** de 21 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2017/CP/pa_cp_10_17.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PARANÁ. **PARECER CEE/Bicameral nº 128/18** de 08 de novembro de 2018 Disponível em: <<http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>>. Acesso em 10 nov. 2018.

PIAGET, J. **A construção do real na criança.** 3ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Ática 2003.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

SETÚBAL, M. A. (Org.). **Raízes e asas**. São Paulo: Centro de Pesquisa para Educação e Cultura, 1994.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SUPLINO, M. **Currículo Funcional Natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. P.: 21 cm. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11, p.73). Disponível em: <http://feapaesp.org.br/material_download/566_Livro%20Maryse%20Suplyno%20-%20Curriculo%20Funcional%20Natural.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

TAQUES, Mariana F.; CARVALHO, Paulla Helena S. de; BÖNI, Ana Carolina S. Duarte; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alberton. **O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo**. Portal Educacional do Estado do Paraná. Superintendência da Educação, Coordenação de Gestão Escolar, Função do Pedagogo. Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../papel_pedagogo_gestao_seed.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A., RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico uma construção possível**. 24.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ANEXOS

Anexo 1

Relatório da Avaliação Qualitativa da Aprendizagem – Semestral Documento Oficial

a) Educação Infantil

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE _____ ESCOLA _____			
RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA APRENDIZAGEM SEMESTRAL			
Educação Infantil – Estimulação Essencial e Pré-Escolar			
Estabelecimento:		Município:	
Rua:		Nº	
Bairro:	Fone:	CEP:	
Estudante:		CGM:	
Sexo:	Data de Nascimento:	Município:	UF:
Nacionalidade:	Pai:		
	Mãe:		

Turma:..... Turno:.....
Dias letivos previstos:..... Dias Letivos Frequentados:.....

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO
Semestre _____ Ano _____

1. Áreas do Desenvolvimento

- Cognitiva
- Psicomotora
- Socioafetiva

2. Medidas de Intervenção e Funcionalidade

- Atendimentos
- Atividades específicas
- Contatos e acompanhamentos necessários

3. Local, Data e Assinaturas - Professoras (es) Regentes e Pedagoga (o), Pais ou Responsável.

b) Ensino Fundamental

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE _____
ESCOLA _____

**RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA APRENDIZAGEM
SEMESTRAL
Ensino Fundamental**

Estabelecimento:		Município:	
Rua:		Nº	
Bairro:	Fone:	CEP:	
Estudante:		CGM:	
Sexo:	Data de Nascimento:	Município:	UF:
Nacionalidade:	Pai:		
	Mãe:		

Turma:..... Turno:.....
Dias letivos previstos:..... Dias Letivos Frequentados:.....

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Semestre _____ Ano _____

1. Áreas do Desenvolvimento

- Cognitiva
- Psicomotora
- Socioafetiva

2. Áreas do Conhecimento

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Ciências
- História
- Geografia
- Ensino Religioso

3. Medidas de Intervenção e Funcionalidade

- Atendimentos
- Atividades específicas
- Contatos e acompanhamentos necessários

3. Local, Data e Assinaturas - Professoras (es) Regentes e Pedagoga (o), Pais ou Responsável.

c) Educação de Jovens e Adultos – Fase I

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE _____
ESCOLA _____

**RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA APRENDIZAGEM
SEMESTRAL
Educação de Jovens e Adultos**

Estabelecimento:		Município:	
Rua:		Nº	
Bairro:	Fone:	CEP:	
Estudante:		CGM:	
Sexo:	Data de Nascimento:	Município:	UF:
Nacionalidade:	Pai:		
	Mãe:		

Turma:.....

Turno:.....

Dias letivos previstos:.....

Dias Letivos Frequentados:.....

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Semestre _____ Ano _____

1. Áreas do Desenvolvimento

- Cognitiva
- Psicomotora
- Socioafetiva
- Habilidades adaptativas

2. Áreas do Conhecimento (para estudantes favorecidos pelo Currículo Formal)

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Estudos da Sociedade e Natureza (História, Geografia e Ciências)

3. Conteúdos do Currículo Funcional (para estudantes favorecidos pelo Currículo Funcional)

Descrever as atividades trabalhadas.

4. Unidades Ocupacionais (somente para os estudantes que participam das Unidades)

- Motivação para aprender
- Permanência na sala de aula e na atividade
- Apreensão e retenção dos conteúdos
- Organização pessoal e dos materiais
- Planejamento de atividades
- Percepção de detalhes e acabamento
- Realização de tarefas
- Atividade de Interesse

5. Medidas de Intervenção e Funcionalidade

- Atendimentos
- Atividades específicas
- Contatos e acompanhamentos necessários

6. Local, Data e Assinaturas - Professoras (es) Regentes e Pedagoga (o). Pais ou Responsável.

d) Arte ou Educação Física

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE _____
ESCOLA _____

**RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA APRENDIZAGEM
SEMESTRAL**

Arte ou Educação Física

Estudante:

Data de Nascimento:

RELATÓRIO DESCRITIVO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Semestre _____ Ano _____

1. Aquisição dos Conteúdos Trabalhados

2. Medidas de Intervenção e Funcionalidade

- Atendimentos
- Atividades específicas
- Contatos e acompanhamentos necessários

3. Local, Data e Assinaturas - Professoras (es) Regentes e Pedagoga (o), Pais ou Responsável.

Anexo 2

Mapa Semanal de Atividades

Este documento se configura um dos modelos de Plano de Atendimento Individualizado – PAI, instrumentaliza a prática do professor a partir do planejamento de suas aulas, em conformidade com a Proposta Pedagógica Curricular. Por meio deste documento a coordenação pedagógica poderá interagir e acompanhar o trabalho desenvolvido nas diferentes turmas.

O professor deverá elaborar o planejamento de suas aulas e registrar no mapa semanal, anexando o modelo das atividades a serem realizadas.

Os mapas deverão ser analisados e rubricados pela equipe pedagógica antes da execução das atividades. Sugere-se que os mapas sejam apresentados à equipe pedagógica sempre com uma semana de antecedência.

Ao final do ano letivo os mapas deverão ser organizados por ordem cronológica e devidamente arquivados.

MAPA SEMANAL DE ATIVIDADES

Escola:

.....
.....

Professor(a):.....**Turma:**

.....**Período:**.....

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira

Equipe Pedagógica

Esta ficha será preenchida todas as vezes que houver um atendimento da equipe pedagógica, e posteriormente arquivado na pasta do estudante.

Poderá ser impressa frente/verso.

Na parte da frente da Ficha:

- Assinalar com quem foi realizada a reunião de orientação:
() Estudante () Pais/Responsável () Professor
() Instrutor/Agente Educacional () Outros.....
- Preencher o campo Nome do Estudante e, data.
- No campo 'Atendimento' deverá ser feito uma síntese da situação que gerou a orientação.
- No campo '**O que ficou acordado**' deverão ser registrados os acordos realizados.

No verso da Ficha:

- Após a realização da orientação, e do estabelecimento de acordos, deverá ser preenchida a ficha de Encaminhamento. Esta ficha será enviada aos demais setores que prestam serviços à mantenedora (setores social, psicológico, médico) para a continuidade dos atendimentos acordados.

Anexo 5

FICHA DE REGISTRO DA HORA-ATIVIDADE

ESCOLA..... FICHA DE REGISTRO DA HORA ATIVIDADE						
Professor (a): _____ () Regente I () Regente II () Artes () Educação Física						
Turma: _____ Mês: _____ Ano: _____						
Data: ___/___/___	Data: ___/___/___	Data: ___/___/___	Data: ___/___/___	Data: ___/___/___	Data: ___/___/___	Data: ___/___/___
H.A.:	H.A.:	H.A.:	H.A.:	H.A.:	H.A.:	H.A.:
() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral	() Planejamento Semestral
() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades	() Preparação de Atividades
() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação	() Orientação Coordenação
() Orientação de Pais	() Orientação de Pais	() Orientação de Pais	() Orientação de Pais	() Orientação de Pais	() Orientação de Pais	() Orientação de Pais
() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC	() Fechamento de LRC
() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos	() Pesquisas/Estudos
() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:	() Mapa Semanal () Outros:
----- Assinatura do Coordenador						

